



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 04 | abril 2017



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: abril de 2017

Elaborado com informação disponível até ao dia 27 de abril.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Iniciativas e Medidas Legislativas	33
Lista de Acrónimos	39

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2017, a produção industrial mundial acelerou para 2,7% em termos homólogos (2,6% no quarto trimestre de 2016) devido à melhoria das economias avançadas. Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também reforçou o seu crescimento em resultado do maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento (nomeadamente da Ásia), especialmente em termos de importações.
- * No primeiro trimestre de 2017, a atividade económica dos EUA e da União Europeia manteve um crescimento moderado; acompanhado de uma melhoria significativa da produção industrial do Japão. De entre os países emergentes, o PIB da China aumentou para 6,9% em termos homólogos reais (6,8% no 4.º trimestre de 2016) e as trocas comerciais de bens tornaram-se robustas. A taxa de inflação homóloga das economias avançadas acelerou; enquanto a da China abrandou.
- * No 1.º trimestre de 2017, o indicador de sentimento económico subiu de forma significativa tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), resultando sobretudo da melhoria dos indicadores de confiança dos empresários da construção e da indústria. No entanto, de acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de março de 2017, o PIB trimestral em cadeia da área do euro diminuiu ligeiramente (+0,4%, no 4.º trimestre de 2016) após 9 meses consecutivos de tendência ascendente. O mercado de trabalho da UE continuou a melhorar gradualmente, destacando-se uma descida da taxa de desemprego, quer para a UE quer para a AE, situada em 8,0% e 9,5%, respetivamente, em fevereiro de 2017 (as taxas mais baixas desde o início e meados de 2009, designadamente). Em março de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1,5% (2,0% em fevereiro) devido à desaceleração dos preços de energia (de 9,3% em fevereiro, para 7,4%), dos bens alimentares não transformados e dos preços dos serviços (influenciado pelo efeito de base do calendário da Páscoa se ter dado em março de 2016).
- * Em abril de 2017 e, até ao dia 24, o preço *spot* do petróleo *Brent* aumentou, para se situar, em média, em 54 USD/bbl (51 €/bbl), refletindo o acordo de redução da produção dentro da OPEP e na Rússia.
- * As taxas de juro de curto prazo estabilizaram em abril de 2017 para a área do euro, em torno de -0,33% até ao dia 24; mês em que entrou em vigor a diminuição de compras mensais de ativos, por parte do BCE, de 80 para 60 mil milhões de euros até final do ano de 2017. Enquanto isso, nos EUA, as taxas de juro de curto prazo prosseguiram o seu movimento ascendente, tendo ascendido a 1,16%, em média, até ao dia 24 (1,13%, em média, em março).
- * Até finais de abril de 2017, os índices bolsistas internacionais apresentaram uma evolução muito favorável, tendo os ganhos da área do euro sido mais expressivos do que os dos EUA. Esta evolução resultou da divulgação de resultados empresariais acima do esperado e da expectativa da continuidade da Europa após os resultados da primeira volta das eleições presidenciais em França. Adicionalmente, nos EUA, tem vindo a assistir-se a algum atraso na implementação de medidas da nova presidência deste país (reforma do sistema fiscal e remoção da anterior política de saúde – *Obamacare*).
- * Em abril de 2017, o euro apreciou-se de forma significativa face ao dólar, tendo atingido 1,09 no dia 26 (o valor mais elevado desde meados de novembro de 2016) influenciado, em parte, pelos resultados eleitorais em França.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE para o 1.º trimestre de 2017, o indicador de clima económico registou uma melhoria quando comparado com o trimestre precedente.
- * O Índice de confiança dos consumidores melhorou, em termos médios, no primeiro trimestre de 2017, enquanto os indicadores qualitativos dos empresários apresentaram um desenvolvimento misto.
- * O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 14,6% no trimestre terminado em fevereiro, o que representa um aumento de 0,7 p.p. face ao registado no 4.º trimestre de 2016.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 2,1% nos dois primeiros meses de 2017, desacelerando face aos 4,2% registados no último trimestre de 2016.
- * No final do primeiro trimestre, o número de desempregados registados nos centros de emprego registou a maior quebra homóloga de que há registo (18%), enquanto os desempregados registados ao longo do período caíram 10,3%.
- * Em março de 2017, a variação homóloga do IPC fixou-se em 1,4%, 0,2 p.p. abaixo do valor de fevereiro. O IHPC registou valores idênticos aos do IPC, enquanto o IHPC da área do euro cresceu 1,5%, 0,1 p.p. acima do nacional. Em igual período, o IPPI registou uma variação de 4%, 1,5% excluindo a componente energética.
- * Até fevereiro de 2017, o saldo acumulado da balança corrente foi de -14 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 547 milhões de euros em termos homólogos.
- * No final do primeiro trimestre, o sector institucional das Administrações Públicas registou um saldo global negativo de 358,4 milhões de euros¹, valor que representa uma melhoria de cerca de 45% (290,5 milhões de euros) relativamente ao período homólogo do ano anterior. Para este resultado contribuiu um aumento de 1,9% da receita efetiva, superior ao entretanto registado na despesa efetiva (0,3%). No mesmo período, o saldo primário registou uma melhoria de 280 milhões de euros, situando-se nos 1.502 milhões de euros.
- * Os subsectores que integram as Administrações Públicas contribuíram para aquele valor do saldo global de formas distintas. Enquanto a Administração Central e a Administração Regional mostram défices de, respetivamente, 1380 e 55 milhões de euros, os restantes subsectores apresentam excedentes de 878 milhões de euros (Segurança Social) e de 198 milhões de euros (Administração Local).
- * A dívida consolidada das Administrações Públicas (ótica de Maastricht) atingiu no final de fevereiro o montante de 243.490 milhões de euros. Este valor representa um aumento de 643 milhões de euros (0,3%) relativamente ao valor registado no mês anterior. O *stock* líquido da dívida, no entanto, reduziu-se em 635 milhões de euros relativamente ao mês anterior.
- * No final do mês de março a dívida direta do Estado ascendia a 240.023 milhões de euros, representando uma redução de 526 milhões de euros (-0,2%) relativamente ao valor registado no final do mês anterior.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 13,8% nos primeiros dois meses de 2017. Neste mesmo período, as importações aumentaram 15,4%, o que

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Resultados mensais preliminares de janeiro a fevereiro de 2017.

levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 24,1%, correspondendo a 331 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 83,7%, menos 1,1 p.p. que em igual período de 2016.

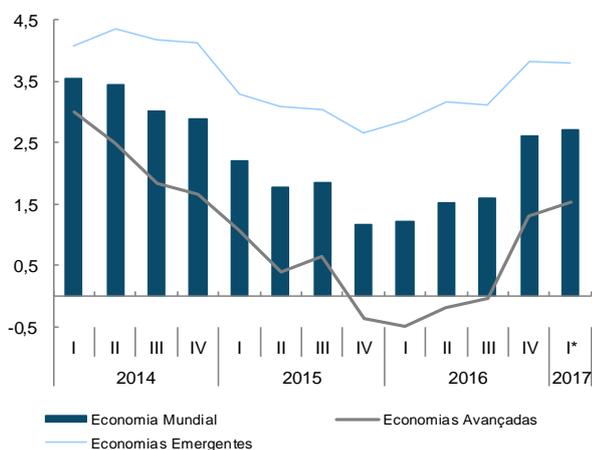
- * Nos primeiros dois meses de 2017, excluindo os produtos energéticos, as exportações de mercadorias registaram uma variação homóloga de 10,5%. As importações registaram uma variação homóloga positiva inferior ao crescimento das exportações (9,3%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 0,9%.
- * No último ano a terminar em fevereiro de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 3,2% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+1,2 p.p.), dos “Agroalimentares” (+0,8 p.p.) e dos “Químicos” (+0,5 p.p.). Nos primeiros dois meses de 2017, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+3,9 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+2,4 p.p.) e dos “Minérios e metais” (+2,2 p.p.).
- * De janeiro a fevereiro de 2017, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 9,1 % e contribuíram em 7,1 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 8,9 % e as exportações para os países do Alargamento 12,1 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 6,7 p.p. e 0,5 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (26,5% do total de janeiro a fevereiro de 2017), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+3,8 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França (+0,8 p.p.), a Alemanha e o Reino Unido (ambos com +0,7 p.p.).
- * Nos primeiros dois meses de 2017, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 31,3%, passando a representar 24,6 % do total das exportações nacionais (+3,3 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+98%), Angola (+47,8%) e EUA (+43,1%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de fevereiro de 2017, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 13,6% nos primeiros dois meses de 2017. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (14% e 13,5%, respetivamente) no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (9,5 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2017, a produção industrial mundial acelerou para 2,7% em termos homólogos (2,6% no 4.º trimestre de 2016) devido à melhoria das economias avançadas (particularmente significativa no Japão).

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



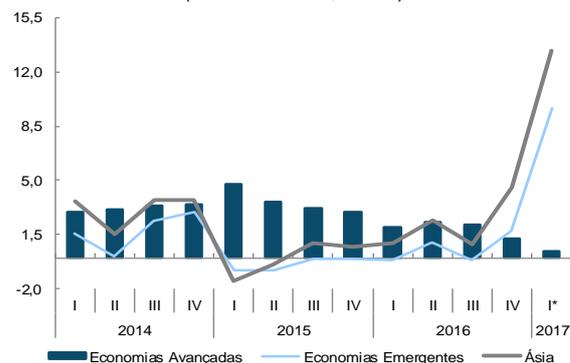
Fonte: CPB. * Média de janeiro e fevereiro.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também acelerou, em resultado sobretudo do maior dinamismo das importações mundiais.

De facto, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2017 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 3,5% (1,8% no 4.º trimestre de 2016);
- as importações e exportações mundiais reforçaram o seu crescimento para 4,1% e 2,9%, respetivamente (1,4% e 2,2%, respetivamente, no último trimestre de 2016).

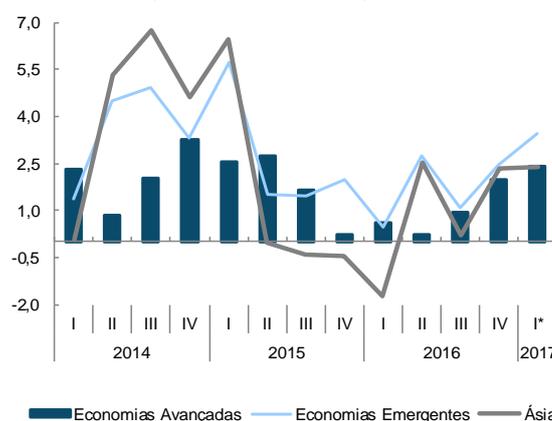
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de janeiro e fevereiro.

Os dados disponíveis para o 1.º trimestre de 2017 indicam um reforço das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente em termos de importações (a taxa mais elevada desde o 2.º trimestre de 2011). Já relativamente às economias avançadas, assistiu-se a uma desaceleração das importações, contrastando com uma melhoria das exportações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de janeiro e fevereiro.

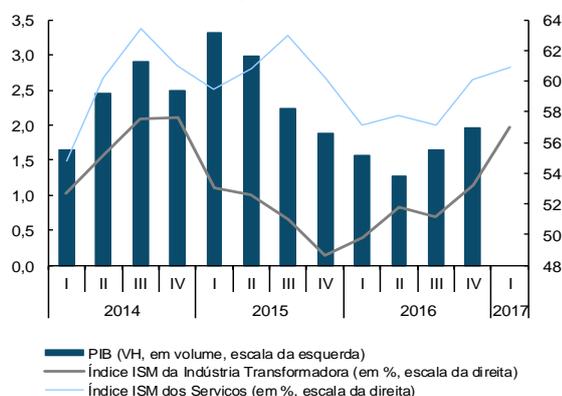
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015	2016				2016		2017	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	1,7	1,2	1,2	1,5	1,6	2,6	3,0	3,2	2,4	3,0
Economias Avançadas	VH	CPB	0,1	-0,4	-0,5	-0,2	0,0	1,3	1,6	2,1	0,7	2,4
Economias Emergentes	VH	CPB	3,2	2,7	2,9	3,2	3,1	3,8	4,3	4,2	3,9	3,7
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	1,3	1,3	0,8	1,6	1,1	1,8	2,9	2,6	4,3	2,7
Importações Mundiais	VH	CPB	1,4	1,7	1,1	1,8	1,2	1,4	2,1	2,3	5,4	2,9
Economias Avançadas	VH	CPB	1,9	2,9	2,0	2,3	2,1	1,2	1,7	1,9	2,0	-1,2
Economias Emergentes	VH	CPB	0,6	-0,1	-0,1	1,0	-0,1	1,7	2,6	3,0	10,3	9,0
Exportações Mundiais	VH	CPB	1,3	1,0	0,6	1,4	1,0	2,2	3,8	3,0	3,3	2,5
Economias Avançadas	VH	CPB	0,9	0,2	0,6	0,2	0,9	2,0	2,4	3,2	2,6	2,2
Economias Emergentes	VH	CPB	1,7	2,0	0,5	2,8	1,1	2,4	5,4	2,7	4,1	2,9

Atividade Económica Extra-UE

No 1.º trimestre de 2017, a atividade económica dos EUA e da União Europeia manteve um crescimento moderado, acompanhado por uma melhoria significativa da produção industrial do Japão. No mesmo período, a taxa de inflação homóloga das economias avançadas acelerou; enquanto abrandou na China.

Figura 1.4. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA

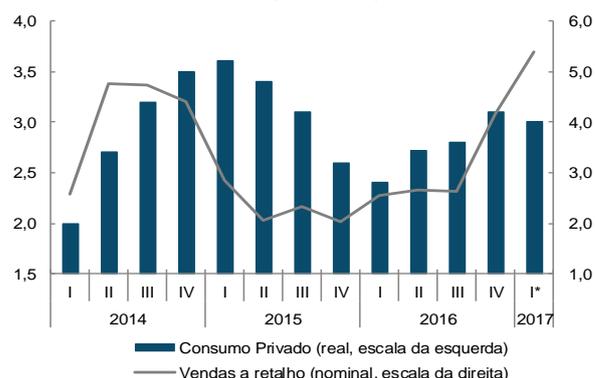


Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management.*

No 1.º trimestre de 2017, assistiu-se, nos **EUA**, a uma recuperação da atividade industrial e à continuação de uma evolução favorável do mercado de trabalho. Com efeito, neste período e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial aumentou 0,6% (invertendo a queda registada entre meados de 2015 e finais de 2016) acompanhado de uma subida dos indicadores de confiança;
- as vendas a retalho aumentaram 5,4% (4,2% no 4.º trimestre de 2016) em linha com um forte crescimento do consumo privado (3,0% em termos reais, no conjunto dos meses de janeiro de fevereiro);
- a taxa de desemprego manteve-se em 4,7% e a taxa de inflação homóloga subiu para 2,5% (1,8% no 4.º trimestre de 2016).

Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

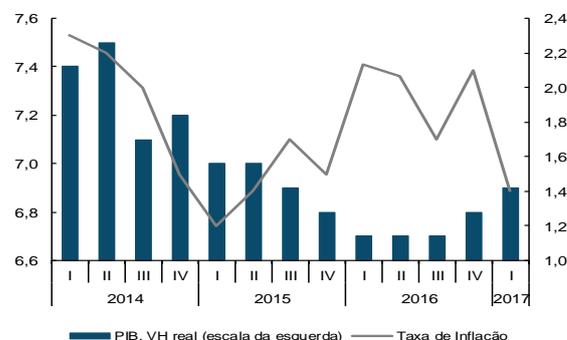


Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Census Bureau.* P/ Consumo Privado, média de janeiro e fevereiro.

No 1.º trimestre de 2017, o PIB da **China** aumentou para 6,9% em termos homólogos reais (6,8% no 4.º trimestre de 2016). Neste período, as trocas comerciais de bens tornaram-se robustas. Com efeito, as importações aumentaram para 25% em termos homólogos nominais, regressando aos níveis do 3.º trimestre de 2011 e, as exportações recuperaram.

Seguindo uma trajetória inversa à generalidade das economias avançadas, a taxa de inflação homóloga desceu para 1,4% (2,1% no 4.º trimestre de 2016).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

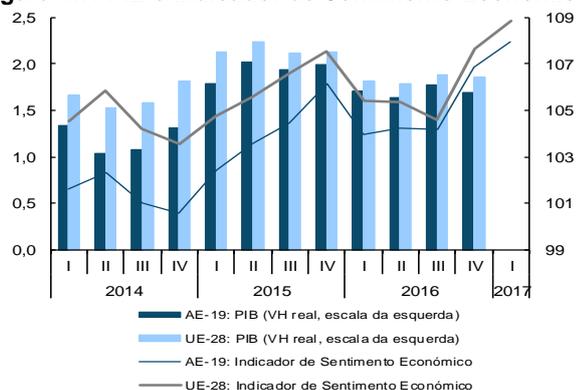
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2016	2017		
				1T	2T	3T	4T			1T	dez	jan
EUA – PIB real	VH	BEA	1,6	1,6	1,3	1,7	2,0	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-1,2	-2,2	-1,3	-1,2	-0,1	0,6	0,8	0,0	0,3	1,5
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,5	49,8	51,8	51,2	53,2	57,0	54,5	56,0	57,7	57,2
Índice ISM dos Serviços	%	"	58,1	57,2	57,8	57,1	60,1	60,9	60,9	60,3	63,6	58,9
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	91,8	91,6	92,4	90,3	93,1	97,2	98,2	98,5	96,3	96,9
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,9	4,9	4,9	4,9	4,7	4,7	4,7	4,8	4,7	4,5
China – PIB real	VH	NBSC	6,7	6,7	6,7	6,7	6,8	6,9	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-7,7	-11,9	-6,3	-6,9	-5,2	7,6	-6,2	7,9	-1,3	16,4
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,0	0,4	0,9	1,1	1,6	:	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 1.º trimestre de 2017, o indicador de sentimento económico subiu de forma significativa tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), resultando sobretudo da melhoria dos indicadores de confiança dos empresários da construção e da indústria. No entanto, de acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de março de 2017, o PIB trimestral em cadeia da área do euro diminuiu ligeiramente (+0,4%, no 4.º trimestre de 2016).

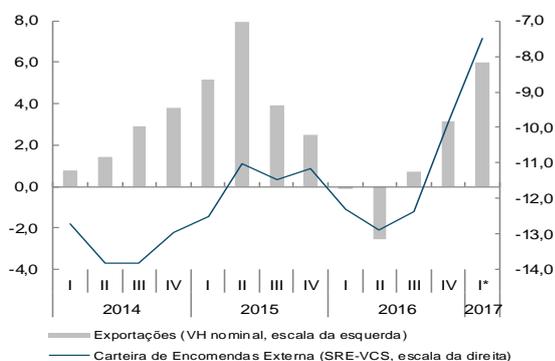
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2017, indicam um abrandamento da produção industrial e das vendas a retalho e, um reforço das exportações de bens, as quais aumentaram para 6,0% em termos homólogos nominais (3,2%, no 4.º trimestre de 2016).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

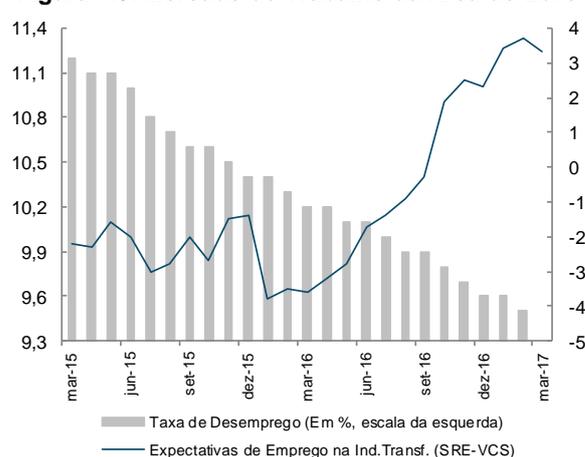


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média de janeiro e fevereiro.

Em fevereiro de 2017, a taxa de desemprego desceu para 8,0% e para 9,5% na UE e na AE, respetivamente (as taxas mais baixas desde o início e meados de 2009, designadamente).

Contudo, em março de 2017, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para todos os setores (indústria transformadora, serviços, comércio a retalho e construção).

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em março de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro desceu para 1,5% (2,0% em fevereiro) devido à desaceleração dos preços de energia (de 9,3% em fevereiro, para 7,4%), dos bens alimentares não transformados e dos preços dos serviços (influenciado pelo efeito de base em que o calendário da Páscoa se deu em março de 2016).

No entanto, em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação aumentou para 0,7% em março de 2017 (0,5% em fevereiro).

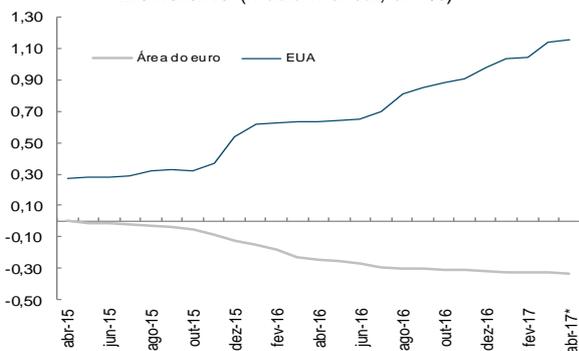
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2016	2017		
				1T	2T	3T	4T			dez	jan	fev
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	1,9	1,8	1,8	1,9	1,9	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,8	105,4	105,3	104,6	107,7	108,9	109,0	108,6	108,9	109,1
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	1,7	1,7	1,6	1,8	1,7	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,8	103,9	104,2	104,2	106,9	107,9	107,8	107,9	108,0	107,9
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	1,4	1,4	1,1	1,2	2,1	:	2,3	-0,1	1,1	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	1,9	2,1	1,9	1,4	2,2	:	1,4	1,6	1,8	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,0	10,3	10,1	9,9	9,7	:	9,6	9,6	9,5	:
IHPC	VH	"	0,2	0,0	-0,1	0,3	0,7	1,8	1,1	1,8	2,0	1,5

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em abril de 2017, as taxas de juro de curto prazo registaram uma relativa estabilização para a área do euro; enquanto prosseguiram o seu movimento ascendente para os EUA, embora de forma menos acentuada do que no mês precedente. Com efeito, até ao dia 24, a taxa Euribor a 3 meses foi de -0,33% e dos EUA ascendeu a 1,16% (1,13% em março).

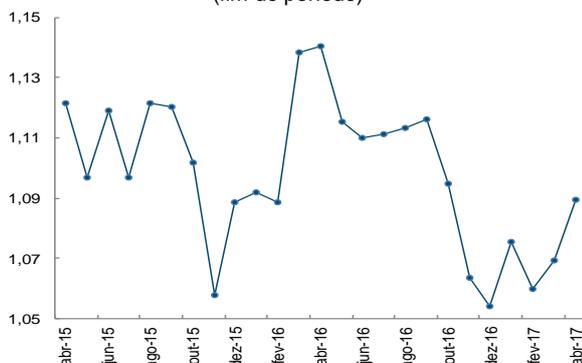
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 24.

Em março de 2017, as taxas de juro de longo prazo subiram tanto para os EUA como para a área do euro, embora de forma mais acentuada para o primeiro caso. Também, o ambiente de maior incerteza política refletiu-se no alargamento dos prémios de risco exigidos aos países *core* da zona euro, com destaque para a dívida pública francesa a 10 anos, cujo *spread* aumentou cerca de 20 p.b. face à Alemanha.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

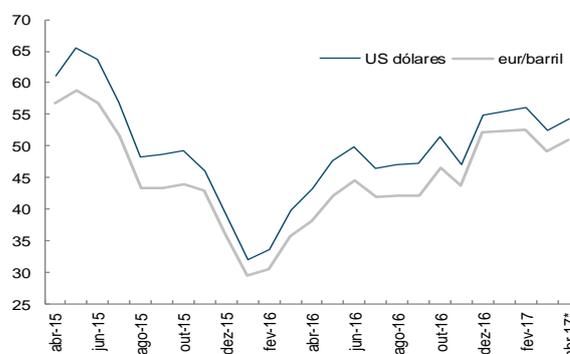


Fonte: Banco de Portugal. Para abril, o valor é do dia 26.

Em abril de 2017, o euro apreciou-se de forma significativa face ao dólar, tendo atingido 1,09 no dia 26 (o valor mais elevado desde meados de novembro de 2016). Esta evolução deveu-se sobretudo ao impacto dos resultados da primeira volta das eleições presidenciais em França (23 de abril), revelando a importância da continuidade da Europa, num cenário de provável saída do Reino Unido da União Europeia (acionamento do artigo 50 do Tratado de Lisboa a 29 de março e de eleições antecipadas no início de junho).

Em março de 2017, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado desceu para 43,5 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em abril de 2017 e, até ao dia 24, o preço do petróleo *Brent* aumentou, para se situar, em média, em 54 USD/bbl (51€/bbl), refletindo o acordo de redução da produção dentro da OPEP e na Rússia.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 24.

No 1.º trimestre de 2017, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo aumentado 16,1% em termos homólogos (9,9% no 4.º trimestre de 2016) tendência que se estendeu a todos os produtos, com destaque para os metais (para 35%, comparado com 20% no último trimestre de 2016) e *inputs* industriais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2016	2017		
				1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,32	-0,24	-0,28	-0,30	-0,32	-0,33	-0,32	-0,33	-0,33	-0,33
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,84	1,91	1,75	1,56	2,13	2,44	2,49	2,43	2,42	2,48
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	0,93	1,03	0,94	0,66	1,10	1,41	1,29	1,31	1,45	1,46
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,054	1,139	1,110	1,116	1,054	1,069	1,054	1,076	1,060	1,069
Dow Jones*	VC	Yahoo	13,4	1,5	1,4	2,1	7,9	4,6	3,3	0,5	4,8	-0,7
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	0,7	-8,0	-4,7	4,8	9,6	6,4	7,8	-1,8	2,8	5,5
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	45,06	35,14	46,96	46,97	51,16	54,69	54,95	55,50	56,04	52,54
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-16,0	-36,2	-26,0	-8,3	14,3	55,7	41,0	73,0	67,2	31,9
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-15,8	-34,8	-27,6	-8,7	16,1	60,9	45,5	77,0	72,5	37,6
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	34,2	25,3	35,4	36,3	40,6	45,0	44,6	45,1	46,4	43,5

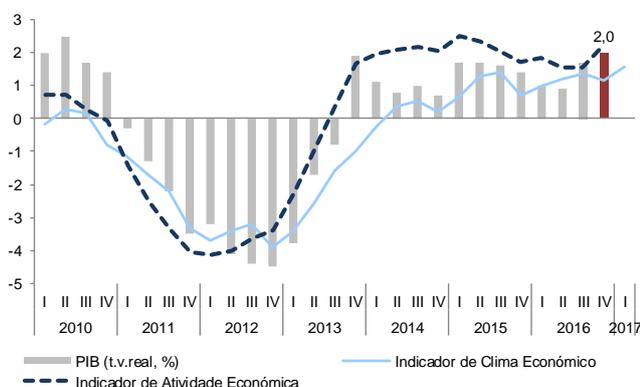
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o 1.º trimestre de 2017, o indicador de clima económico registou uma melhoria quando comparado com o trimestre precedente.

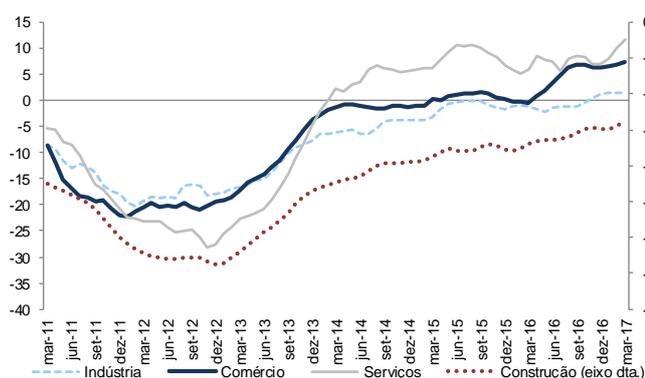
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No 1.º trimestre do ano, registou-se uma melhoria nos indicadores de confiança relativos ao setor da construção, serviços, comércio a retalho e da indústria.

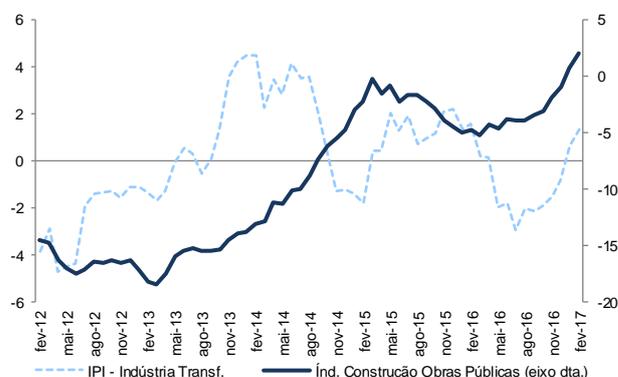
Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em fevereiro de 2017, o indicador de atividade económica do INE registou uma taxa de crescimento homólogo de 2,2%, que compara com 2,4% no trimestre terminado em janeiro.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao mês de fevereiro, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou um aumento de 1,3% e o Índice de Volume de Negócios apresentou uma variação de 9% (0,7% e 9,6% no mês precedente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um crescimento de 2% (que compara com 0,8% em janeiro);
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços cresceu 5,7% face ao período homólogo em (-0,8 p.p. face a janeiro);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 2,7%, inferior em 1,1 p.p. ao mês precedente.

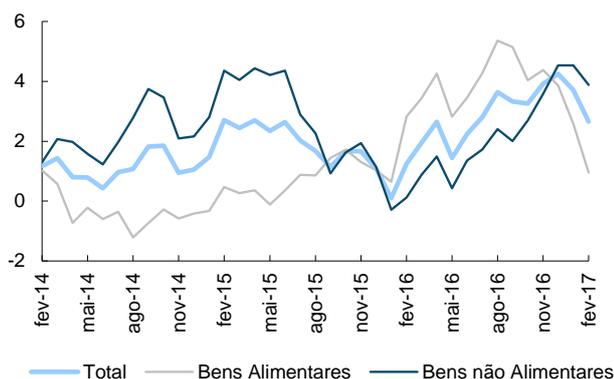
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2016		2017		
				1T	2T	3T	4T	1T	nov	dez	jan	fev	mar
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	1,4	1,0	0,9	1,7	2,0	:	:	:	:	:	
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	1,2	1,0	1,2	1,4	1,1	1,6	1,2	1,1	1,2	1,4	1,6
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-0,6	-1,1	-1,5	-1,1	1,1	1,5	1,3	1,2	1,9	1,3	1,1
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	4,0	-0,5	3,4	6,9	6,2	7,3	6,3	5,8	7,3	7,7	6,8
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	7,2	5,9	7,6	8,5	7,0	11,6	5,6	8,4	9,7	12,1	12,9
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-31,8	-33,9	-32,8	-30,9	-29,7	-27,4	-29,7	-30,2	-29,6	-27,3	-25,4
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	1,1	0,2	-1,8	-2,1	-0,8	:	-0,3	0,8	1,6	1,6	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-0,5	-3,1	-3,0	-0,8	3,2	:	7,8	5,3	16,5	5,9	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,3	-1,3	-1,1	1,1	7,1	:	8,0	7,7	3,7	5,6	:

Consumo Privado

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2017, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu 2,1% quando comparado com igual período de 2016, cerca de 2,1 p.p. abaixo do registado nos últimos três meses de 2016. A componente não alimentar foi a mais robusta, ao crescer 3,6% (4,5% no quarto trimestre), o que compara com os -0,1% da componente alimentar (3,9% no último trimestre de 2016).

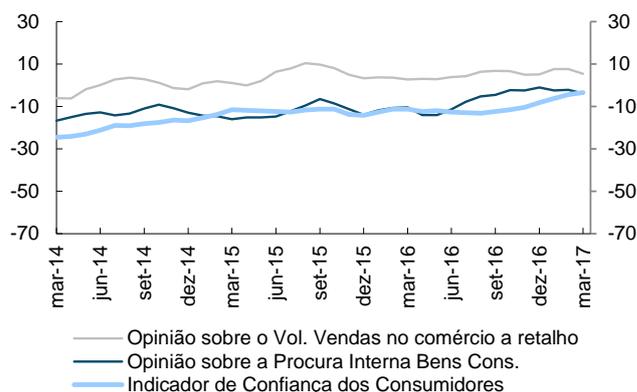
Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)



Fonte: INE..

Nos primeiros três meses de 2017 os indicadores qualitativos de confiança dos consumidores e oportunidade de aquisição de bens duradouros melhoraram quando comparado com o último trimestre de 2016. Já os indicadores qualitativos de opinião dos empresários registaram uma evolução mista, com o indicador opinião relativo à procura interna de bens de consumo a piorar enquanto o indicador de opinião relativo ao volume de vendas no comércio a retalho apresentou uma melhoria.

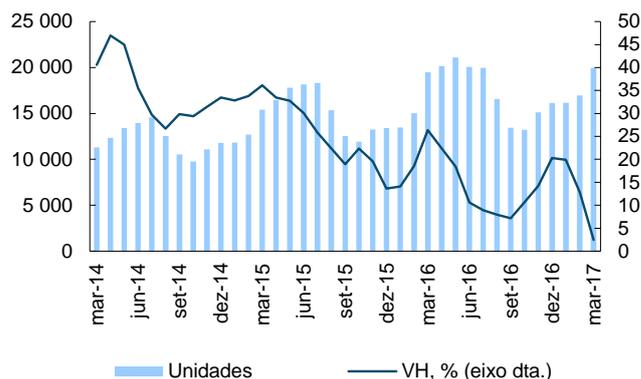
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Nos primeiros três meses de 2017 foram vendidos 59 863 veículos ligeiros de passageiros, um aumento de 2,5% face ao período homólogo, e mais 11 459 do que no quarto trimestre de 2016.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2016		2017		
				1T	2T	3T	4T		1T	nov	dez	jan	fev
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,3	2,5	1,6	1,9	3,0	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-11,1	-11,3	-12,6	-12,4	-8,2	-3,4	-9,3	-4,7	-4,6	-4,0	-1,5
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	4,6	2,7	3,9	6,8	5,1	5,4	4,7	4,7	13,5	4,7	-2,1
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	2,9	1,9	2,2	3,3	4,2	:	5,0	3,9	2,2	1,9	:
Bens Alimentares	VH	"	4,0	3,4	3,5	5,1	3,9	:	4,8	3,2	-0,1	-0,1	:
Bens não alimentares	VH	"	2,2	0,9	1,4	2,0	4,5	:	5,2	4,5	3,9	3,3	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	16,1	26,4	10,6	7,2	20,3	2,5	23,2	29,3	7,8	4,6	-1,8
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	5,5	4,6	5,4	6,1	5,8	:	13,0	3,7	9,4	-0,4	:

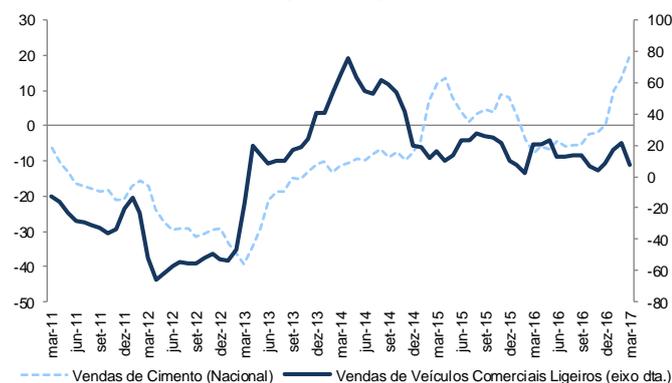
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 1.º trimestre de 2017, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 7,1% (-0,9 p.p. face ao trimestre terminado em dezembro de 2016) acompanhadas pela variação de -2,3% na venda de veículos comerciais pesados, inferior em 21,1 p.p. quando comparado com o 4.º trimestre de 2016;
- as vendas de cimento registaram uma variação de 19,2% (0,2% no trimestre anterior).

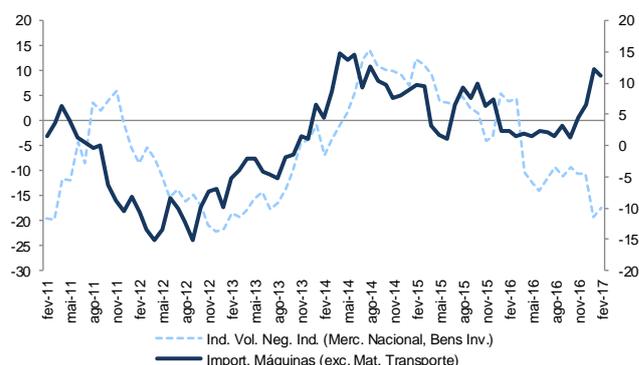
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fontes: ACAP, Secil, Cimpor.

O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 14,6% no trimestre terminado em fevereiro, o que representa um aumento de 0,7 p.p. face ao registado no 4.º trimestre de 2016.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao mês de fevereiro, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma variação de 8% (1% no 4.º trimestre de 2016);
- as importações de máquinas e outros bens de capital exceto material de transporte cresceram 17,2% (+4,2 p.p. face ao trimestre terminado em dezembro de 2016).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

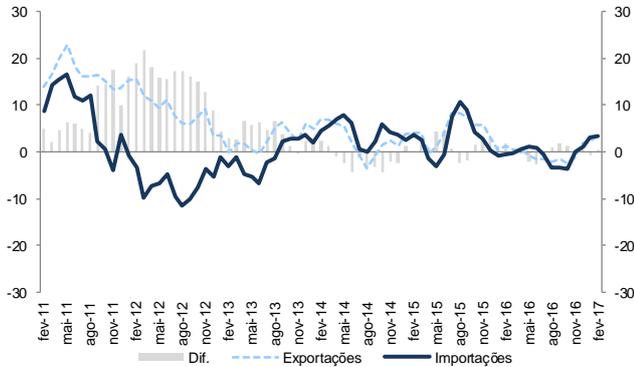
Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2016					2017		
				1T	2T	3T	4T		1T	nov	dez	jan	fev	mar		
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-0,8	-2,1	-2,1	-1,8	3,0	:	:	:	:	:	:	:	:	
da qual, FBCF	VH Real	"	-0,1	-2,5	-2,2	-0,1	4,5	:	:	:	:	:	:	:		
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	0,9	-2,2	-2,4	1,9	6,4	:	3,4	6,4	9,1	9,4	:			
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-4,4	-7,8	-4,4	-5,6	0,2	19,2	0,9	4,4	28,5	7,8	22,0			
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13,1	20,6	12,4	13,5	8,0	7,1	4,3	22,5	26,3	14,1	-7,2			
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	20,6	36,9	23,3	5,2	18,8	-2,3	-29,3	53,6	-10,7	-15,6	21,1			
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-7,1	-10,3	-10,0	-1,5	-6,6	7,0	-1,5	-2,0	10,4	2,3	8,3			
Licenças de Construção de fogos	VH	"	37,5	20,7	62,6	38,1	28,9	:	315	416	73,6	24,2	:			
Importações de Bens de Capital**	VH	"	7,3	2,2	1,2	12,2	13,0	:	16,0	18,7	25,1	8,3	:			
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-9,8	-11,7	-9,2	-10,4	10	:	3,4	8,8	21,3	-3,0	:			

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em fevereiro, apontam para um aumento das exportações de 13,3% e um aumento das importações em 14,7% (-1,7% e 6,8% no 4.º trimestre de 2015).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



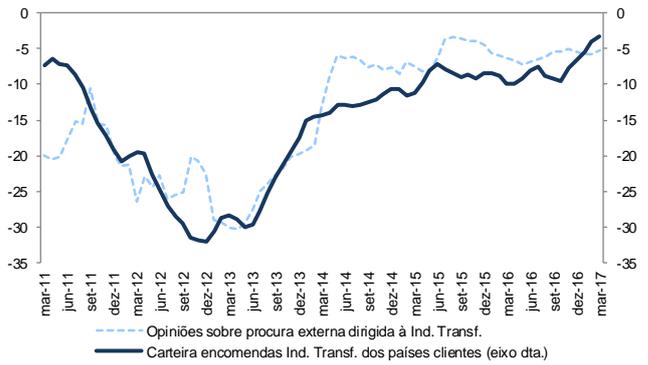
Fonte: INE.

Também para o trimestre terminado em fevereiro, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações cresceu 24,1% (+15,7 p.p. face ao 4.º trimestre de 2016). Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 10%, que compara com o crescimento de 3,9% registado no trimestre terminado em dezembro de 2016;
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário aumentou 10,1%, enquanto o mercado extracomunitário registou um crescimento de 31,7% em termos homólogos (6,9% e 6,1% no 4.º trimestre de 2016, respetivamente);
- em termos acumulados, a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 80,5% (81,5% em igual período de 2016).

No 1.º trimestre de 2016, as opiniões sobre a procura externa na indústria e a carteira de encomendas da indústria transformadora dos países clientes foram menos negativas que no trimestre anterior.

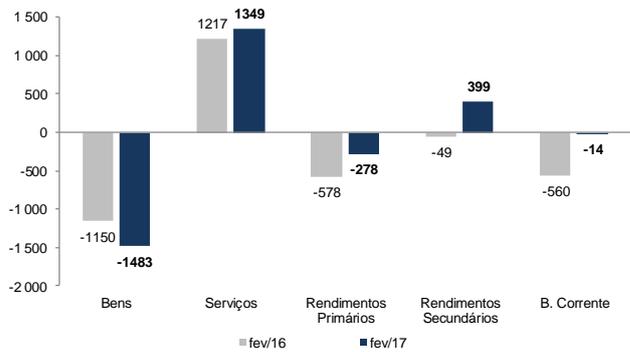
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até fevereiro de 2017, o saldo acumulado da balança corrente foi de -14 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 547 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz, essencialmente, um saldo mais positivo da balança de rendimentos secundários.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 211 milhões de euros (um aumento de 569 milhões de euros face ao mesmo período de 2016).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2016					2016			2017	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	4,4	3,7	3,7	1,9	5,6	6,4	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4,4	6,0	4,8	1,5	3,9	7,3	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	1,2	0,7	0,7	1,0	1,3	1,2	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	1,5	0,3	0,5	0,8	1,2	1,5	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	1,0	0,3	-1,5	-1,5	1,9	5,1	-3,6	8,1	12,3	19,1	9,0
Entradas de Bens	VH nom	"	1,3	-0,2	1,0	-3,4	1,3	6,8	-1,7	9,2	13,5	22,4	8,9

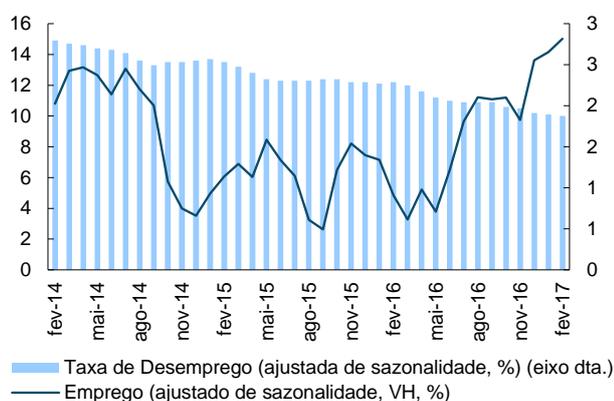
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2016					2016	2017	Dif.
				4T	1T	2T	3T	4T	jan-fev	jan-fev	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 154	617	232	-491	2614	799	-358	211	569
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 076	-2448	-2004	-2067	-2305	-2699	-150	-1483	-333
Saldo Balança de Serviços	"	"	13 141	2901	2131	3082	4851	3077	1217	1349	132
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-3 982	-1012	-347	-2388	-969	-279	-578	-278	299
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1474	573	152	555	336	430	-49	399	448

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística apontam para que a taxa de desemprego, no trimestre centrado em fevereiro, se situa-se nos 10%, 0,1 p.p. abaixo do valor de janeiro e 2,2 p.p. abaixo do registado um ano antes. Para esta evolução concorreu uma redução homóloga da população desempregada em 17,9% e um aumento de 2,8% do emprego (-15,9% e 2,7%, respetivamente, para janeiro).

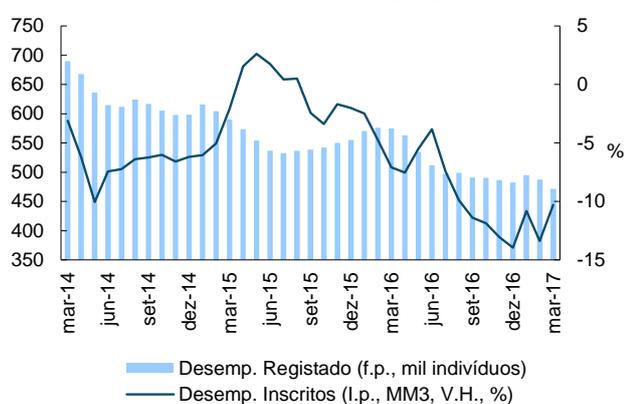
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

No final de março, encontravam-se registados, nos centros de emprego, cerca de 471 mil desempregados, uma redução de 18% face ao valor registado no mês homólogo, e a maior quebra de que há registo. Já o desemprego inscrito ao longo do primeiro trimestre ascendeu aos cerca de 154 mil pedidos, menos 10,3% do que nos primeiros três meses de 2016.

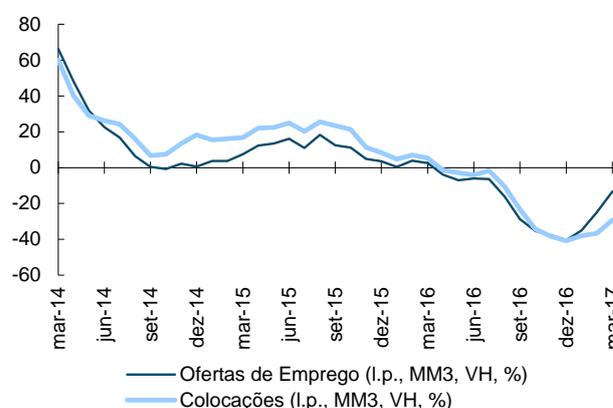
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Ainda assim, as colocações registaram uma quebra de 29,2% no primeiro trimestre de 2017 (-40,7% no último trimestre de 2016), enquanto as ofertas de emprego caíram 13,3% (-40,5% no quarto trimestre). Assim, o rácio entre ofertas e colocações foi, no primeiro trimestre, de 54%.

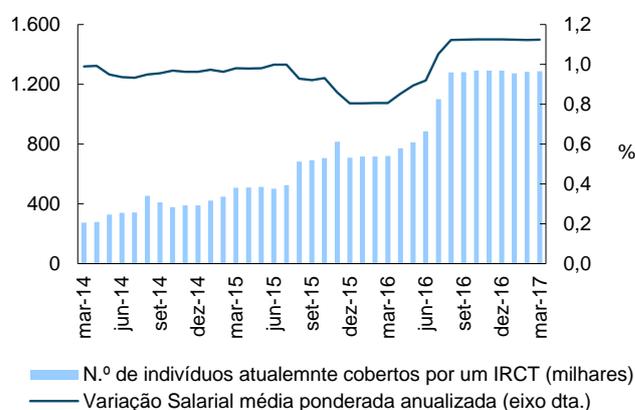
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No final de março, estima-se que cerca de 1,289 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de 78,8% face a igual período de 2016. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 1,1%, valor idêntico ao do mês precedente e 0,3 p.p. acima do registado no período homólogo.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MSESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

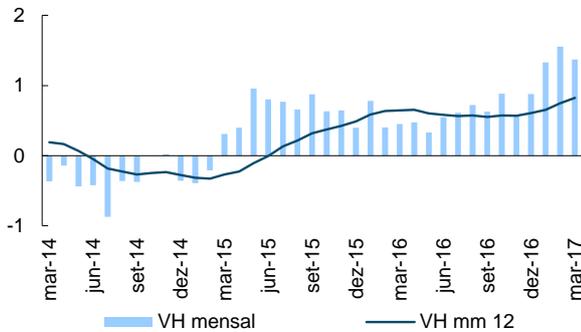
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2016		2017		
				1T	2T	3T	4T	1T	nov	dez	jan	fev	mar
Taxa de Desemprego*	%	INE	11,1	12,4	10,8	10,5	10,5	:	10,5	10,2	10,1	10,0	:
Emprego Total*	VH	"	1,2	0,8	0,5	1,9	1,8	:	1,8	2,6	2,7	2,8	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,1	-2,6	-4,7	-8,8	-13,1	-18,0	-11,6	-13,1	-13,3	-15,3	-18,0
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-9,3	-7,1	-3,8	-11,4	-14,0	-10,3	-10,0	-14,8	-8,4	-18,0	-4,9
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-17,1	2,6	-6,0	-28,7	-40,5	-13,3	-37,1	-43,1	-27,8	-9,9	-2,7
Contratação Coletiva	VH	MSESS	1,1	0,8	0,9	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1,6	0,2	2,1	2,8	1,2	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,4	1,6	1,0	1,3	1,7	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC), em março de 2017, foi de 1,4%, valor 0,2 p.p. abaixo do registado em fevereiro. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC aumentou 0,8%, ligeiramente acima dos 0,7% registados um mês antes.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (VH, %)

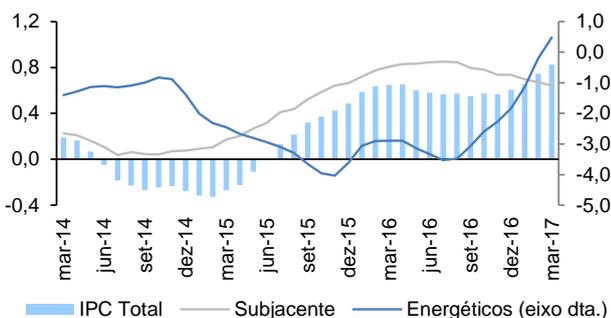


Fonte: INE.

De um modo geral, tanto o IPC dos Bens como o IPC dos Serviços partilharam esta tendência, com ambos a desacelerarem 0,2 p.p.. Assim, o IPC dos bens cresceu 1,5%, enquanto IPC dos serviços cresceu 1,2%.

Já o IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, cresceu 0,6%, valor idêntico ao registado em fevereiro. A diferença deste face ao IPC total ascende a 0,7 p.p., refletindo um crescimento robusto do IPC dos bens energéticos (4,7%) e dos bens alimentares não processados (4,2%).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos) (MM12, VH, %)



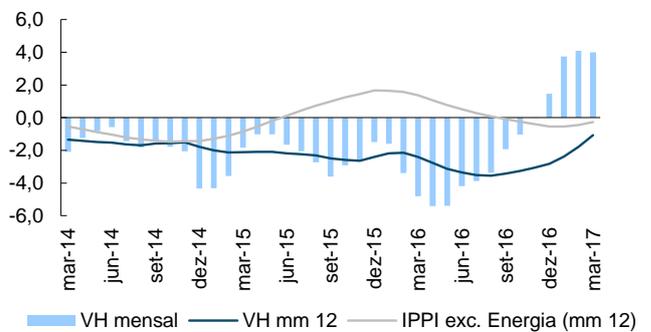
Fonte: INE.

Ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram o Vestuário (-1,7%) e os Acessórios para o Lar (-0,8%), enquanto as Bebidas Alcoólicas e Tabaco e os Transportes foram as que mais aumentaram (3,7% e 3,1%, respetivamente).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em março, foi de 1,4%, valor idêntico ao do IPC nacional e 0,2 p.p. abaixo do valor de fevereiro. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 1,5% (2% no mês anterior), pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se fixou nos -0,1 p.p. (-0,4 p.p. em fevereiro).

Já o Índice de preços na Produção Industrial cresceu 4% em março, desacelerando ligeiramente face ao valor de fevereiro (4,1%).

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI (VH, %)



Fonte: INE.

A tendência desta variável encontra-se ainda fortemente condicionada pela componente energética que tem apresentado um crescimento robusto nos últimos meses, tendo sido, novamente, o agrupamento que registou o maior crescimento. Assim, o agrupamento da energia apresentou um crescimento de 15,2% em março, o que compara com os 18,6% de fevereiro e -19,9% no período homólogo. Excluído este, o crescimento do IPPI fixar-se-ia nos 1,5% (0,9% em fevereiro).

Ao nível das secções, as Indústrias de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio foram as que apresentaram o maior crescimento (5%), seguidas das Industrias transformadoras (3,8%).

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

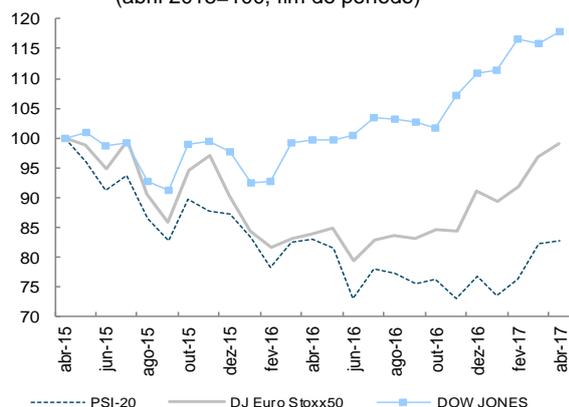
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016						2017		
				jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,7	-0,2	0,7	0,3	-0,5	0,0	-0,6	-0,2	1,8
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,6	0,6	0,7	0,6	0,9	0,6	0,9	1,3	1,6	1,4
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8
IPC - Bens	VH	"	0,0	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,6	1,4	1,7	1,5
IPC - Serviços	"	"	1,5	1,3	1,3	1,4	1,9	1,3	1,3	1,3	1,4	1,2
IPC Subjacente*	"	"	0,7	0,8	0,6	0,5	0,7	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-2,8	-3,9	-3,4	-1,9	-1,0	0,0	1,5	3,7	4,1	4,0
IHPC	"	"	0,6	0,7	0,8	0,7	1,1	0,5	0,9	1,3	1,6	1,4
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,4	0,5	0,6	0,3	0,6	-0,1	-0,2	-0,5	-0,4	-0,1

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Até abril de 2017, os índices bolsistas internacionais apresentaram uma evolução muito favorável. Os ganhos da área do euro foram mais expressivos do que os dos EUA, resultando da divulgação de resultados empresariais acima do esperado; da expectativa da continuidade da Europa e do possível atraso da implementação de algumas medidas da nova presidência dos EUA (reforma do sistema fiscal e remoção da anterior política da saúde – *Obamacare*). Assim, a 26 de abril de 2017, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* apreciaram-se 8,7% e 6,3%, respetivamente, face ao final de 2016.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(abril 2015=100, fim do período)

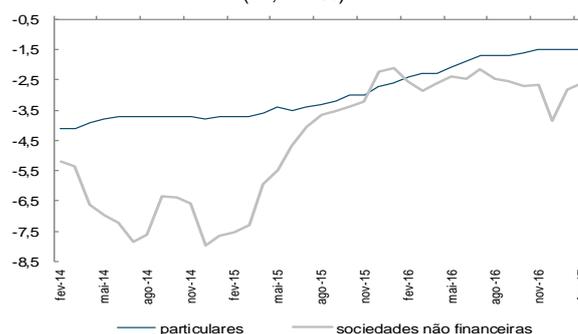


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para abril, o valor é do dia 26.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também se valorizou até finais de abril de 2017, tendo, no dia 26, ganho quase 8% face ao final de 2016 (invertendo a quebra registada em 2016).

Em fevereiro de 2017, a variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -1,9% em termos anuais (-2,0% no mês precedente) em resultado da melhoria do crédito atribuído às empresas não financeiras.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

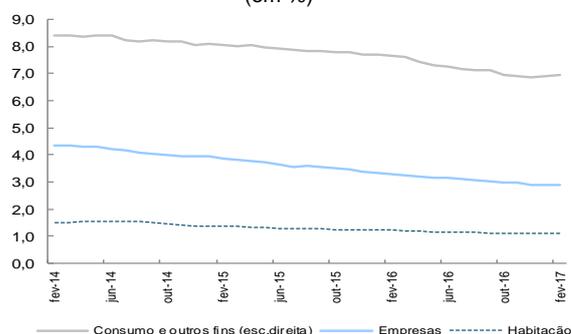


Fonte: Banco de Portugal.

Quanto ao crédito destinado aos particulares, este estabilizou em torno de uma variação anual de -1,5% em fevereiro de 2017. Mas, enquanto o crédito à habitação melhorou; o crédito ao consumo abrandou e o destinado para outros fins deteriorou-se.

Em fevereiro de 2017, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas; enquanto permaneceram estáveis para os particulares. Só que, enquanto as taxas diminuíram para os empréstimos à habitação; estas apresentaram uma evolução ascendente para o crédito ao consumo e outros fins, pelo 2.º mês consecutivo.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016						2017		
				jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	3,7	2,9	3,0	3,3	3,3	3,7	3,7	4,1	3,9	3,9
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	354	304	308	344	316	341	354	365	365	362
PSI20*	VC	CMVM	-11,9	6,6	-0,8	-2,4	1,2	-4,2	5,0	-4,4	3,9	7,7
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-2,9	-3,0	-3,0	-3,0	-3,1	-3,0	-2,9	-2,9	-2,8	:
- para consumo	va**	"	12,6	10,1	9,8	10,7	13,2	13,2	12,6	12,2	11,8	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-3,9	-2,2	-2,5	-2,5	-2,7	-2,6	-3,9	-2,8	-2,6	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,12	1,14	1,13	1,12	1,12	1,12	1,12	1,12	1,11	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,91	3,10	3,06	3,04	2,98	2,96	2,91	2,91	2,88	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de

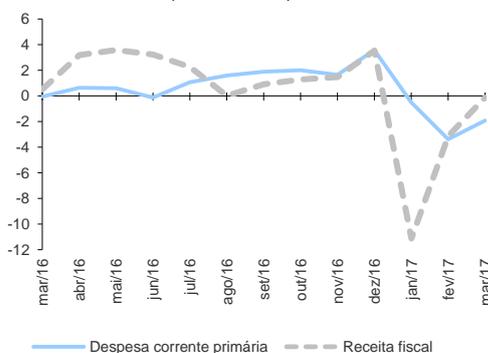
Finanças Públicas

No final do primeiro trimestre, o sector das Administrações Públicas registou um saldo global negativo de 358 milhões de euros¹, representando uma melhoria de 290,5 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior. Este resultado assentou no aumento de 1,9%² da receita efetiva que superou o aumento concomitante de 0,3% verificado na despesa efetiva. No mesmo período, o saldo primário apresenta um excedente de 1502,4 milhões de euros. Os subsectores das Administrações Públicas contribuíram de forma diferente para aquele valor do saldo global: os défices observados na Administração Central (1379,9 milhões de euros) e na Administração Regional (54,5 milhões de euros) ultrapassaram os excedentes registados na Administração Local (198,0 milhões de euros) e na Segurança Social (878,0 milhões de euros).

Estado

A execução orçamental do subsector Estado traduzia-se, no final do mês de março, num saldo global negativo de 1700 milhões de euros. Este valor representa uma redução de 99 milhões de euros em relação ao défice apurado no período homólogo do ano anterior. No que toca ao saldo primário, regista-se, no período de referência, um excedente de 4,5 milhões de euros, valor que compara com o défice de 56,7 milhões de euros verificado no período homólogo anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



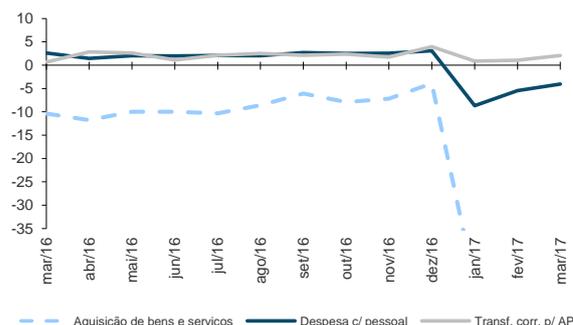
Fonte: DGO.

A melhoria do valor do saldo global resulta de uma diminuição da receita efetiva (1,1% em relação ao período homólogo do ano anterior) inferior à diminuição da despesa efetiva (1,7%, *idem*). Os graus de execução da receita efetiva e da despesa efetiva mostram, entretanto, valores semelhantes: 21,6% e 22,1%, respetivamente.

No que diz respeito à receita efetiva destaca-se a redução de 6,2% registado na cobrança dos impostos diretos, acompanhada pelo aumento concomitante de 3,9% que se verificou nos impostos indiretos.

Quanto à despesa efetiva, a referida diminuição resulta das reduções verificadas na generalidade das rubricas, com destaque para a *Aquisição de Bens e Serviços* (44,3% em relação ao período homólogo do ano anterior)³, as *Despesas com o Pessoal* (4,1%, *idem*). De realçar ainda a redução homóloga da despesa com *Juros e Outros Encargos* em 2,2%, (*idem*).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2016		2017		2017			
	jan a mar		jan a mar		dez	jan	fev	mar
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	10 006	9 900	:	21,6	3,1	-12,0	-4,5	-1,1
Receita corrente	9 946	9 864	:	21,6	3,2	-11,9	-4,2	-0,8
Impostos diretos	3 610	3 387	:	18,6	-2,7	-19,1	-10,0	-6,2
Impostos indiretos	5 367	5 578	:	24,0	9,1	-4,4	1,1	3,9
Despesa Efetiva	11 805	11 600	:	22,1	3,9	-0,3	-3,0	-1,7
Despesa corrente primária	9 775	9 587	:	21,6	-2,7	-4,4	-3,0	-1,9
Despesa corrente	11 517	11 291	:	22,5	3,6	0,2	-3,0	-2,0
Despesa com pessoal	2 175	2 087	:	23,5	3,1	-8,7	-5,5	-4,1
Aquisição bens e serviços	258	143	:	6,9	-3,9	-46,9	-47,7	-44,3
Subsídios	15	5	:	4,8	-0,3	12,2	-57,9	-66,7
Juros	1 742	1 704	:	22,6	4,0	14,0	-1,1	-2,2
Transferências corr. p/ AP	6 446	6 580	:	23,6	3,9	0,9	1,1	2,1
Saldo Global	-1 799	-1 700	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-57	5	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

³ Parcialmente explicada pela transferência da ADSE do subsector Estado para o subsector dos Serviços e Fundos Autónomos.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

No final de março, a execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) apresenta um saldo global positivo de 320 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 304 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

Esta evolução do saldo dos SFA está associada a variações da receita efetiva e da despesa efetiva com a mesma ordem de grandeza (3,7%). No lado da receita efetiva destacam-se a redução de 5,4% na rubrica Contribuições para a SS, CGA e ADSE. No que toca à despesa efetiva, a sua evolução foi dominada pelos aumentos de 17,0%¹ e de 5,5% registados, respetivamente, na *Aquisição de Bens e Serviços* e nas *Despesas com o Pessoal*. O grau de execução da receita efetiva (22,5%) foi, entretanto, ligeiramente superior ao da despesa efetiva (21,4%).

As EPR incluídas neste subsector contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 254 milhões de euros, valor que compara com o saldo negativo de 244 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) registou, no final de março de 2017, um saldo global negativo de 100 milhões de euros, valor que compara com o défice de 92 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

A receita efetiva do SNS registou um aumento de 3,0%, associado, fundamentalmente, a um crescimento de 3,3% verificado na rubrica *Outras receitas correntes*, onde se incluem as transferências do OE. Quanto à despesa efetiva mostra um crescimento de 3,3%, decorrente dos aumentos de 5,1% das *Despesas com o Pessoal* e de 2,7% dos gastos com a *Aquisição de Bens e Serviços*.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

A execução orçamental da CGA traduziu-se num saldo global negativo de 16 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 60 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

O total da receita efetiva da CGA apresenta uma diminuição de 6,8%, assente, principalmente, nas reduções verificadas nas rubricas *Comparticipação do Orçamento do Estado* (menos 6,7%) e *Quotas e Contribuições* (menos 5,7%). A despesa efetiva mostra, por seu lado, uma diminuição de 3,7%, decorrente de idêntica redução percentual do montante da rubrica *Pensões*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2016		2017		2016		2017	
	jan a mar				jan a mar			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	6 613	6 860	22,5	3,7	1894	1969	21,0	4,0
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	954	902	23,1	-5,4	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	3 910	4 005	25,2	2,4	88	104	11,1	17,9
Despesa Efetiva	6 309	6 540	21,4	3,7	2 138	2 223	21,1	4,0
Despesa com pessoal	1445	1525	21,7	5,5	831	865	22,6	4,2
Aquisição de bens e serviços	1381	1617	23,3	17,0	626	622	19,2	-0,6
Transferências correntes	2 610	2 470	21,9	-5,4	12	16	20,6	31,4
Saldo Global	304	320	-	-	-244	-254	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2016		2017			2016		2017	
	jan a mar					jan a mar			
	10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)			10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	2 102	2 166	3,0	24,4	Receita Efetiva	2 333	2 173	-6,8	22,2
Receita fiscal	28	29	2,2	21,8	Contribuições p/ a CGA	953	900	-5,5	23,0
Outra receita corrente	2 067	2 135	3,3	24,6	Quotas e contribuições	927	874	-5,7	23,0
Receita de capital	7	3	-61,2	3,3	Transferências correntes do OE	1 188	1 111	-6,5	22,0
Despesa Efetiva	2 194	2 266	3,3	24,8	Comparticipação do OE	1 131	1 055	-6,7	22,1
Despesa com pessoal	931	979	5,1	26,5	Compensação por pagamento de pensões	57	56	-1,9	26,2
Aquisição de bens e serviços	1 222	1 254	2,7	24,1	Despesa Efetiva	2 273	2 190	-3,7	22,4
Despesa de capital	17	8	-56,1	6,8	Pensões	2 227	2 144	-3,7	22,3
Saldo Global	- 92	- 100	-	-	Saldo Global	60	- 16	.	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹ Ver nota de rodapé 3.

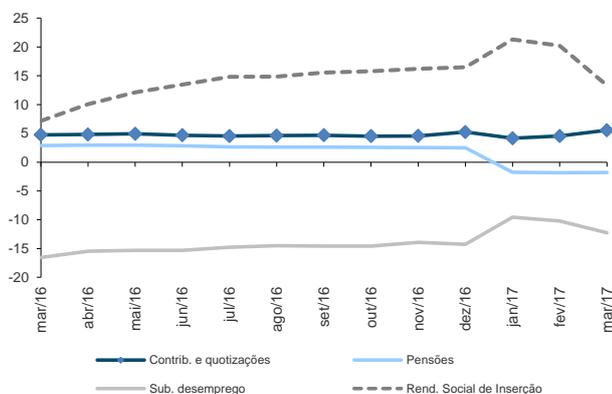
Segurança Social

A execução do orçamento da Segurança Social registou, no final do mês de março, um excedente de 878 milhões de euros. Este valor representa uma melhoria de 140 milhões de euros relativamente ao observado no período homólogo do ano anterior.

Esta melhoria resulta da conjugação de um aumento de 2,6% da receita efetiva com um menor aumento concomitante da despesa efetiva (0,4%).

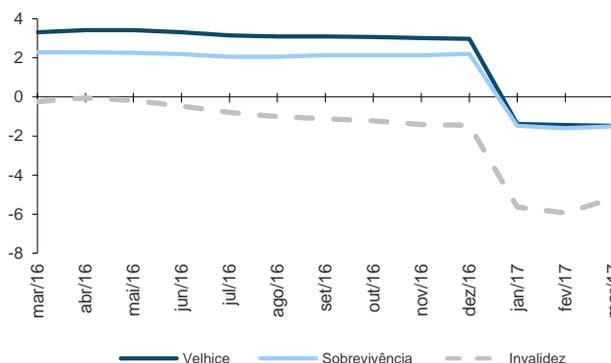
A evolução da receita efetiva assenta, sobretudo, na rubrica *Contribuições e quotizações*, cujo valor aumentou 5,5%. O referido aumento da despesa efetiva decorreu do crescimento de 4,5% ocorrido nos gastos com *Prestações e Ação Social*, uma vez que as restantes rubricas apresentam valores inferiores aos registados no mês homólogo do ano anterior, com especial destaque para *Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego* (menos 12,3%).

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



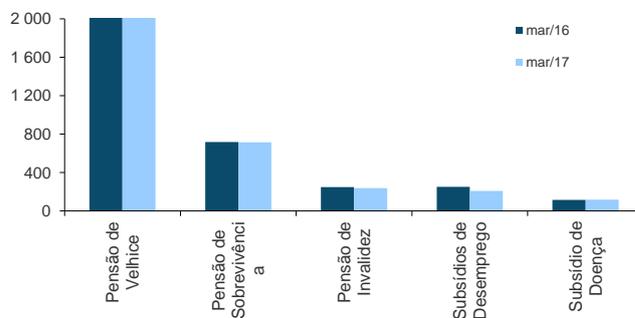
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2016		2017	
	jan a mar			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	6 308	6 471	2,6	24,1
Contribuições e quotizações	3 560	3 758	5,5	24,4
Transferências correntes da Adm. Central *	2 258	2 217	-1,8	24,9
Despesa Efetiva	5 570	5 593	0,4	21,7
Pensões	3 601	3 536	-1,8	21,9
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	121	118	-2,0	24,9
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	412	361	-12,3	24,6
Prestações e ação social	969	1 013	4,5	21,7
Saldo Global	738	878	-	-

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

Fonte: DGO.

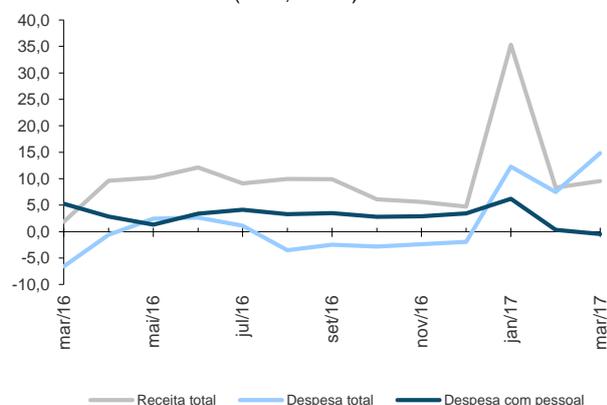
Administração Regional

A execução orçamental do subsetor da Administração Regional caracterizou-se por saldo negativo de 55 milhões de euros, valor que compara com o défice de 25 milhões de euros registado no mês homólogo do ano anterior.

Este agravamento do saldo orçamental resultou de um aumento da receita efetiva (9,6%) bem menos intenso que o crescimento concomitante da despesa efetiva que atingiu os 14,8%.

No que diz respeito à receita efetiva, deve destacar-se o crescimento das transferências (correntes e de capital)¹ e o ligeiro aumento das *Receitas Fiscais* (0,2%). A evolução da despesa efetiva, por sua vez, tem na base os aumentos acentuados das rubricas *Aquisição de Bens e Serviços* (18,3%) e *Investimento* (superior a 104%).

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

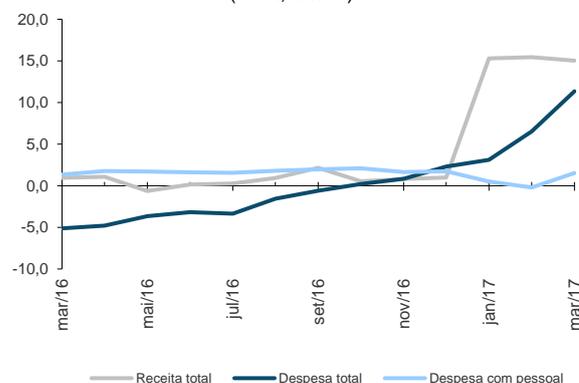
Administração Local

O saldo global do subsetor da Administração Local atingiu em março o montante de 198 milhões de euros, representando uma melhoria de 65 milhões de euros relativamente ao mesmo mês do ano anterior.

Para este resultado contribuiu um crescimento de 15,0% da receita efetiva, significativamente superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (11,4%).

A evolução da receita efetiva reflete o forte aumento de 36,7% registado nos *Impostos Locais*, acompanhado, aliás, de um crescimento de 6,8% nas *Transferências Correntes*, enquanto o aumento da despesa efetiva está associado, designadamente, a elevados crescimentos das despesas com as rubricas *Investimento* (43,6%), *Transferências Correntes* (24,0%) e *Aquisição de Bens e Serviços* (10,2%).

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2016	2017		2016	2017	
	jan a mar			jan a mar		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	486	533	9,6	1 374	1 581	15,0
Impostos	302	303	0,2	311	425	36,7
Transferências correntes	19	113	-	605	646	6,8
Despesa Efetiva	511	587	14,8	1 242	1 383	11,4
Pessoal	230	229	-0,5	519	527	1,5
Aquisição de bens e serviços	110	130	18,3	394	435	10,2
Transferências correntes	48	49	1,9	107	132	24,0
Investimento	20	42	104,3	132	190	43,6
Saldo global	- 25	- 55	-	133	198	-

Fonte: DGO.

¹ Com a entrada em vigor do OE2016, em março de 2016, as transferências recebidas da Administração Central passaram a ser registadas como transferências correntes em vez de transferências de capital.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

O sector das Administrações Públicas registava no final de fevereiro uma dívida (critério de Maastricht) no valor de 243.490 milhões de euros, representando um crescimento de 643 milhões de euros (0,3%) relativamente ao valor da dívida registado no final do mês anterior. Quando comparado com dezembro de 2016, este valor representa um crescimento de 2.429 milhões de euros (1,0%). O subsector das Administração Central foi o principal responsável por este aumento.

A estrutura da dívida consolidada do sector não sofreu alterações, continuando a Administração Central a deter o maior peso.

No mesmo período, os depósitos detidos pela Administração Central atingiram o montante de 20.086 milhões de euros, representando um aumento de 1.278 milhões de euros (6,8%) face ao mês anterior. Deste modo, no final de fevereiro o stock líquido da dívida tinha-se reduzido em 635 milhões de euros.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 jan	2017 fev
Administrações Públicas	241 061	242 847	243 490
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	243 675	246 017	247 147
Administração Regional e Local	10 545	10 501	10 516
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	13 160	13 672	14 175
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	17 180	18 808	20 086

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 fev	2017 mar
Administrações Públicas	1 806	2 127	2 198
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	313	423	438
Administração Regional	409	425	451
Administração Local	1 084	1 280	1 308
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Nos primeiros três meses do ano, a dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu o montante de 2.198 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 3,3% face ao mês anterior e a um aumento de 391 milhões de euros (21,7%) relativamente a dezembro de 2016.

O subsector da Administração Local continua a deter o maior peso no conjunto da dívida não financeira (cerca de 60%).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 fev	2017 mar
Administrações Públicas	854	978	989
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	17	19	17
SNS	6	2	1
Hospitais EPE	544	672	701
Empresas Públicas Reclasseificadas	17	16	16
Administração Regional	120	118	107
Administração Local	150	151	148
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	3	1	1
Empresas públicas não reclasseificadas	3	1	1
Adm. Públicas e outras entidades	857	979	990

Fonte: DGO.

No final de março, os pagamentos em atraso no sector

das Administrações Públicas ascendiam a 990 milhões de euros, representando um aumento de 1,1% relativamente ao mês anterior, e um aumento de 133 milhões de euros (15,5%) face ao mês de dezembro de 2016. O aumento relativamente ao mês de dezembro tem origem no aumento de 28,8% dos pagamentos em atraso nos hospitais EPE, que mais do que compensou a redução dos pagamentos em atraso em todos os outros sectores e entidades.

Os hospitais EPE são agora os responsáveis por quase 71% dos pagamentos em atraso (cerca de 64% em dezembro de 2016).

Dívida Direta do Estado

No final de março, a dívida direta do Estado ascendia a 240.023 milhões de euros, representando uma redução de 526 milhões de euros (-0,2%) relativamente ao valor registado no final do mês anterior.

Mantém-se inalterada a estrutura da dívida, com a dívida transacionável a destacar-se (58,2% do total da dívida) e, dentro desta, a manter-se importância relativa das obrigações do Tesouro (OT) com 81,9%. A dívida associada ao PAEF continuou a representar a segunda componente mais importante da dívida total (27,6%).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/fev/2017		mar/17			31/mar/17
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transacionável	139 785	2 767	223	6	139 653	
da qual: Bilhetes do Tesouro	16 054	1 567	0	0	15 035	
da qual: Obrigações Tesouro	113 396	:	223	10	114 323	
Não Transacionável	34 480	2 504	2 111	-	34 183	
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	24 701	401	62	0	24 997	
da qual: CEDIC e CEDIM	6 502	1 863	1 449	0	6 123	
Prog. de Ajustamento Económico	66 284	0	0	-19	66 187	
Total	240 549	5 271	2 334	-13	240 023	

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

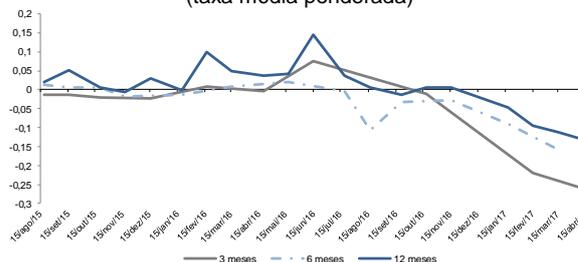
Em abril, o IGCP, E.P.E. realizou duas emissões de Bilhetes do Tesouro, com as seguintes características:

- em 21 de abril, um montante de 335 milhões de euros (inclui fase não competitiva), com maturidade em julho de 2017 e uma taxa média ponderada de colocação de -0,266% (-0,219% na última colocação para o mesmo prazo);
- na mesma data, um montante de 950 milhões de euros, com maturidade em março de 2018, e uma taxa média ponderada de colocação de -0,135% (-0,096% para a mesma maturidade na última colocação).

Durante o mês de abril foram também realizadas duas colocações de Obrigações do Tesouro com as seguintes características:

- em 12 de abril, um montante de 668 milhões de euros (inclui fase não competitiva), com maturidade em outubro de 2022 e uma taxa de colocação de 2,174%;
- na mesma data, um montante de 721 milhões de euros (inclui fase não competitiva), com maturidade em outubro de 2025 e uma taxa de 3,303%.

Figura 2.30. Emissões de BT
(taxa média ponderada)



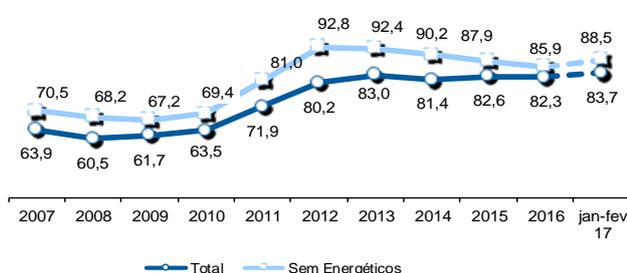
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros dois meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 13,8% enquanto as importações aumentaram 15,4% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 24,1%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 10,5% e as importações registaram uma variação homóloga positiva de 9,3% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a fevereiro			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	7.702	8.768	13,8	13,3	3,2
Importações (cif)	9.079	10.476	15,4	14,7	3,4
Saldo (fob-cif)	-1.377	-1.708	24,1	20,9	4,6
Cobertura (fob/cif)	84,8	83,7	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	7.282	8.045	10,5	10,1	3,9
Importações (cif)	8.319	9.090	9,3	9,6	5,5
Saldo (fob-cif)	-1.037	-1.045	0,9	7,3	16,8
Cobertura (fob/cif)	87,5	88,5	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	1.644	2.159	31,3	24,1	-1,7
Importações (cif)	1.939	2.581	33,1	31,7	0,8
Saldo (fob-cif)	-295	-422	43,1	102,5	37,1
Cobertura (fob/cif)	84,8	83,7	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dois meses de 2017, as exportações representaram 83,7% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 1,1 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 88,5% das importações (+1 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de fevereiro

	Valores em milhões de Euros		
janeiro a fevereiro	2016	2017	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	7 702	8 768	13,8
Importações (cif)	9 079	10 476	15,4
Saldo (fob-cif)	- 1 377	- 1 708	24,1
Cobertura (fob/cif)	84,8	83,7	-
Intra UE			
Exportações (fob)	6 058	6 609	9,1
Importações (cif)	7 140	7 895	10,6
Saldo (fob-cif)	- 1 082	- 1 286	18,9
Cobertura (fob/cif)	84,8	83,7	-
Extra UE			
Exportações (fob)	1 644	2 159	31,3
Importações (cif)	1 939	2 581	33,1
Saldo (fob-cif)	- 295	- 422	43,1
Cobertura (fob/cif)	84,8	83,7	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros dois meses de 2017, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 18,9% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 9,1% e as importações a aumentarem 10,6%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 43,1% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2016	2017	TVH	2016	2017	TVH
jan	4 365	5 341	22,4	3 677	4 379	19,1
fev	4 714	5 135	8,9	4 026	4 389	9,0
mar	5 311			4 248		
abr	4 874			4 145		
mai	5 158			4 223		
jun	5 393			4 469		
jul	5 065			4 484		
ago	4 656			3 486		
set	5 367			4 427		
out	5 238			4 363		
nov	5 497			4 685		
dez	5 479			4 079		
1º Trim	14 390			11 951		
2º Trim	15 426			12 837		
3º Trim	15 088			12 396		
4º Trim	16 213			13 128		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº4/2017").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de fevereiro de 2017 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros dois meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 13,8%. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 10,5%.

Entre janeiro e fevereiro de 2017, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+3,9 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+2,4 p.p.) e dos “Minérios e metais” (+2,2 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,4%). Seguem-se os “Químicos” (12,6%).

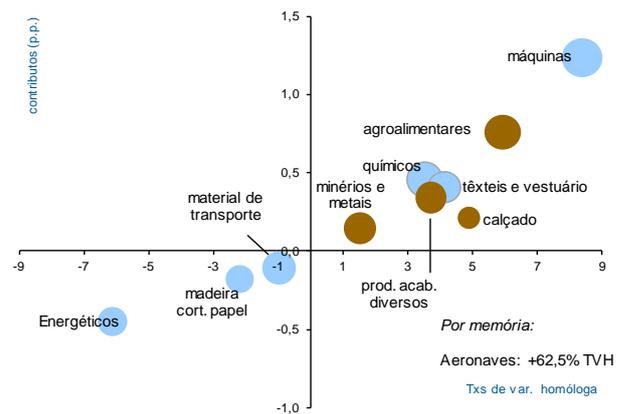
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em fevereiro de 2017.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+3,2%). Mais uma vez, os produtos relativos às “Máquinas e aparelhos e suas partes” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+1,2 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Agroalimentares” e dos “Químicos” (+0,8 p.p. e +0,5 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios”, “Aeronaves, embarcações e suas partes” e “Produtos acabados diversos”, para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 0,4 p.p., 0,3 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2017 (Total: 3,2%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Annual		jan-fev		últimos 12 meses ^[1]		jan-fev	
	jan-fev		2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2016	2017								
Total das Exportações	7 702	8 768	100,0	100,0	100,0	100,0	3,2	3,2	13,8	13,8
Agro-alimentares	896	1035	11,5	13,1	11,6	11,8	6,0	0,8	15,6	1,8
Energéticos	420	723	7,2	6,2	5,5	8,2	-6,1	-0,4	72,2	3,9
Químicos	998	1103	12,5	12,9	13,0	12,6	3,6	0,5	10,5	1,4
Madeira, cortiça e papel	658	641	8,4	8,0	8,5	7,3	-2,2	-0,2	-2,6	-0,2
Têxteis, vestuário e seus acessórios	856	876	9,8	10,2	11,1	10,0	4,2	0,4	2,4	0,3
Calçado, peles e couros	390	418	4,1	4,5	5,1	4,8	4,9	0,2	7,2	0,4
Minérios e metais	674	843	11,2	9,2	8,8	9,6	1,5	0,1	25,1	2,2
Máquinas e aparelhos e suas partes	1 167	1351	14,7	15,4	15,1	15,4	8,4	1,2	15,8	2,4
Material de transp. terrestre e suas partes	865	923	12,4	10,4	11,2	10,5	-1,0	-0,1	6,7	0,8
Aeronaves, embarcações e suas partes	38	59	0,5	0,8	0,5	0,7	62,5	0,3	55,4	0,3
Produtos acabados diversos	742	795	7,8	9,3	9,6	9,1	3,7	0,3	7,2	0,7
Por memória:										
Total sem energéticos	7 282	8 045	92,8	93,8	94,5	91,8	3,9	3,6	10,5	9,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2017.

[2] $(\text{mar } 16\text{-fev } 17) / (\text{mar } 15\text{-fev } 16) \times 100 - 100$.

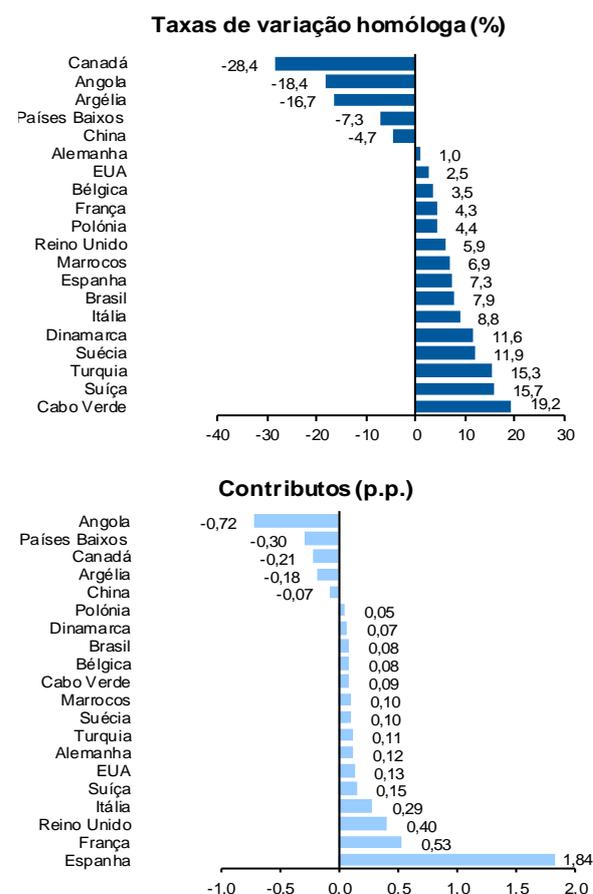
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Nos primeiros dois meses de 2017, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 9,1%. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 8,9% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 12,1%. As exportações para países terceiros registaram uma taxa de variação homóloga positiva (31,3%) (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha (+3,8 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França (+0,8 p.p.), a Alemanha e o Reino Unido (ambos com +0,7 p.p.).

No último ano a terminar em fevereiro de 2017, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 4,9%. As exportações para os países da EU-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 4,6%. As exportações para Espanha (+1,8 p.p.) e a França (+0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para Cabo Verde (+19,2%), Suíça (+15,7%) e Turquia (+15,3%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2017



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Valores em milhões de Euros			
	jan-fev		anual		jan-fev		12 meses [1]		jan-fev	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	contrib. p.p.[3]
TOTAL	7 702	8 768	100,0	100,0	100,0	100,0	3,2	3,2	13,8	13,8
Intra UE	6 058	6 609	74,5	75,2	78,7	75,4	4,9	3,6	9,1	7,1
dos quais:										
UE-15	5 770	6 285	71,3	71,3	74,9	71,7	4,6	3,2	8,9	6,7
Espanha	2 034	2 325	24,9	26,2	26,4	26,5	7,3	18	14,3	3,8
França	1 046	1 108	12,2	12,6	13,6	12,6	4,3	0,5	5,9	0,8
Alemanha	953	1 011	13,5	11,6	12,4	11,5	10	0,1	6,0	0,7
Reino Unido	561	614	5,2	7,0	7,3	7,0	5,9	0,4	9,5	0,7
Países Baixos	334	338	3,9	3,7	4,3	3,9	-7,3	-0,3	1,1	0,0
Itália	273	301	3,7	3,4	3,5	3,4	8,8	0,3	10,3	0,4
Bélgica	224	228	3,2	2,4	2,9	2,6	3,5	0,1	1,8	0,1
Suécia	85	83	1,0	1,0	1,1	1,0	11,9	0,1	-1,5	0,0
Dinamarca	54	59	0,6	0,7	0,7	0,7	11,6	0,1	10,6	0,1
Alargamento	289	324	3,2	3,9	3,7	3,7	10,9	0,4	12,1	0,5
Polónia	90	94	0,9	1,1	1,2	1,1	4,4	0,0	4,4	0,1
Extra UE	1 644	2 159	25,5	24,8	21,3	24,6	-1,8	-0,5	31,3	6,7
dos quais:										
EUA	308	441	3,5	4,9	4,0	5,0	2,5	0,1	43,1	1,7
Angola	190	280	5,4	3,0	2,5	3,2	-18,4	-0,7	47,8	1,2
Marrocos	101	141	0,9	1,4	1,3	1,6	6,9	0,1	39,8	0,5
China	65	129	0,9	1,3	0,8	1,5	-4,7	-0,1	98,0	0,8
Brasil	77	106	1,4	1,1	1,0	1,2	7,9	0,1	37,3	0,4
Suíça	80	86	0,9	1,1	1,0	1,0	15,7	0,1	6,9	0,1
Argélia	59	40	0,8	0,9	0,8	0,5	-16,7	-0,2	-32,7	-0,3
Turquia	49	52	0,7	0,8	0,6	0,6	15,3	0,1	5,6	0,0
Canadá	53	40	0,5	0,6	0,7	0,5	-28,4	-0,2	-24,7	-0,2
Cabo Verde	39	43	0,6	0,5	0,5	0,5	19,2	0,1	11,0	0,1
Por memória:										
OPEP[4]	313	409	7,5	5,0	4,1	4,7	-14,7	-0,9	30,8	1,3
PALOP	288	371	6,8	4,2	3,7	4,2	-16,6	-0,9	28,9	1,1
EFTA	107	116	1,1	1,4	1,4	1,3	7,8	0,1	8,2	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2017.

[2] $(\text{mar } 16\text{-fev } 17) / (\text{mar } 15\text{-fev } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a fevereiro de 2017, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 15,4% (Quadro 3.6).

A maioria dos grupos de produtos registou contributos positivos para o crescimento das importações totais destacando-se o comportamento das importações de “Máquinas e aparelhos e suas partes” e “Material de transporte terrestre” (+1,5 p.p. e +1,3 p.p., respetivamente).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (75,4%).

Nos primeiros dois meses de 2017, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 10,6%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 cresceram, em termos homólogos, 10,3%. As importações provenientes dos países do Alargamento registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 16,1%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 33,1%, em termos homólogos. A Rússia destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias neste período (3,5% do total). Seguem-se China (2,9%) e os EUA (1,6%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-fev		Anual		jan-fev		12 meses ⁽¹⁾		jan-fev	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ⁽²⁾	contrib. p.p. ⁽³⁾	VH	contrib. p.p. ⁽³⁾
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	9 079	10 476	100,0	100,0	100,0	100,0	3,4	3,4	15,4	15,4
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	1409	1480	15,0	15,8	15,5	14,1	3,5	0,6	5,0	0,8
Energéticos	760	1386	17,5	10,1	8,4	13,2	-11,1	-14	82,3	6,9
Químicos	1635	1743	15,9	16,8	18,0	16,6	1,3	0,2	6,6	1,2
Madeira, cortiça e papel	339	327	3,5	3,4	3,7	3,1	1,8	0,1	-3,5	-0,1
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	627	622	5,9	6,5	6,9	5,9	1,7	0,1	-0,8	-0,1
Calçado, peles e couros	266	258	2,0	2,6	2,9	2,5	2,5	0,1	-3,1	-0,1
Minérios e metais	771	895	8,8	8,0	8,5	8,5	-0,3	0,0	16,1	1,4
Máquinas e aparelhos e suas partes	1469	1711	15,4	16,8	16,2	16,3	9,7	1,5	16,5	2,7
Material de transp. terrestre e suas partes	1171	1396	10,1	12,5	12,9	13,3	11,4	1,3	19,2	2,5
Aeronaves, embarcações e suas partes	70	49	0,4	1,3	0,8	0,5	76,8	0,6	-29,7	-0,2
Produtos acabados diversos	563	610	5,3	6,2	6,2	5,8	7,0	0,4	8,4	0,5
Total sem energéticos	8 319	9 090	82,5	89,9	91,6	86,8	5,5	4,8	9,3	8,5
Mercados de origem										
Intra UE	7 140	7 895	78,6	74,8	78,6	75,4	4,2	3,2	10,6	8,3
dos quais:										
UE-15	6 811	7 512	76,2	71,8	75,0	71,7	3,9	2,8	10,3	7,7
Espanha	2 984	3 271	32,8	32,5	32,9	31,2	1,9	0,6	9,6	3,2
Alemanha	1252	1450	13,2	12,3	13,8	13,8	8,4	1,1	15,8	2,2
França	751	814	8,3	7,1	8,3	7,8	7,1	0,5	8,4	0,7
Itália	500	528	5,8	5,2	5,5	5,0	2,5	0,1	5,6	0,3
Países Baixos	449	555	5,3	5,2	5,0	5,3	5,3	0,3	23,4	1,2
Reino Unido	303	310	3,3	3,1	3,3	3,0	-1,2	0,0	2,0	0,1
Bélgica	255	280	2,9	2,7	2,8	2,7	3,4	0,1	9,9	0,3
Polónia	111	136	0,6	0,9	1,2	1,3	24,8	0,2	23,0	0,3
Suécia	87	91	1,0	1,1	1,0	0,9	6,4	0,1	4,7	0,0
Alargamento	330	383	2,4	3,0	3,6	3,7	12,4	0,4	16,1	0,6
Extra UE	1 939	2 581	21,4	25,2	21,4	24,6	0,8	0,2	33,1	7,1
dos quais:										
China	321	300	2,2	2,7	3,5	2,9	0,3	0,0	-6,6	-0,2
Rússia	16	370	1,0	1,2	0,2	3,5	207,7	1,7	2279,4	3,9
Brasil	142	135	1,7	1,5	1,6	1,3	17,3	0,3	-5,3	-0,1
EUA	153	167	1,7	1,6	1,7	1,6	-8,4	-0,1	8,6	0,1
Angola	89	60	0,3	2,7	1,0	0,6	-31,3	-0,6	-32,3	-0,3
Turquia	76	108	0,6	0,7	0,8	1,0	19,7	0,2	43,0	0,4
Índia	83	91	0,5	0,8	0,9	0,9	14,5	0,1	9,5	0,1
Arábia Saudita	40	69	0,8	1,3	0,4	0,7	-24,4	-0,3	73,7	0,3
Azerbaijão	102	136	0,0	0,8	1,1	1,3	-5,9	-0,1	33,5	0,4
Argélia	53	40	0,5	1,2	0,6	0,4	-37,6	-0,4	-25,3	-0,1
Coreia do Sul	60	67	0,5	0,5	0,7	0,6	-6,3	0,0	11,8	0,1
Cazaquistão	61	105	0,3	1,4	0,7	1,0	-35,2	-0,3	73,0	0,5
Japão	53	53	0,6	0,4	0,6	0,5	4,8	0,0	0,5	0,0
OPEP ⁽⁴⁾	255	257	5,8	6,8	2,8	2,5	-27,4	-1,3	0,8	0,0
EFTA	63	63	1,8	0,6	0,7	0,6	3,3	0,0	-0,1	0,0
PALOP	99	65	0,4	2,8	1,1	0,6	-30,9	-0,6	-34,7	-0,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em fevereiro de 2017.

[2] (mar 16-fev 17)/(mar 15-fev 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

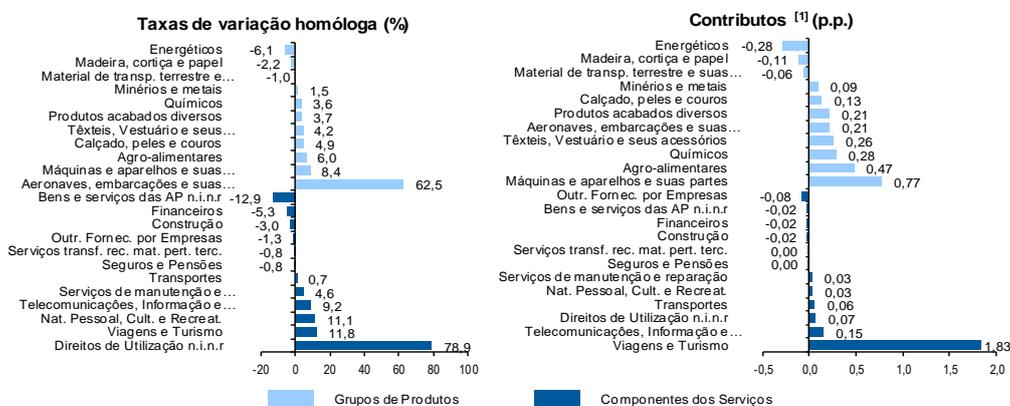
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de fevereiro de 2017, nos dois primeiros meses de 2017, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 13,6%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (9,5 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos dois primeiros meses de 2017, a componente dos Serviços representou 29,6% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (4,1 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 18,3% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (15,6%) em 2,9 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em fevereiro de 2017, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destaca-se o contributo positivo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+0,77 p.p.) e dos “Agroalimentares” (+0,47 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+1,83 p.p.) e Telecomunicações, Informação e Informática (+0,15 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Último ano a terminar em fevereiro de 2017



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (4,0%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-fev		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2016	2017	Anual		jan-fev		média anual 1-16	12 meses [1]		jan-fev	
		2011	2016	2016	2017		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]	
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	10 756	12 222	100,0	100,0	100,0	100,0	4,2	4,0	4,0	13,6	13,6
Bens	7 583	8 606	68,7	65,3	70,5	70,4	3,2	3,0	2,0	13,5	9,5
Serviços	3 173	3 616	31,3	34,7	29,5	29,6	6,4	5,9	2,0	14,0	4,1
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	81	58	0,5	0,5	0,7	0,5	3,5	-0,8	0,0	-28,6	-0,2
Serv. de manutenção e reparação	68	69	0,6	0,6	0,6	0,6	2,8	4,6	0,0	13	0,0
Transportes	802	979	8,1	7,3	7,5	8,0	2,2	0,7	0,1	219	16
Viagens e Turismo	1 824	1 363	13,2	15,7	11,0	11,2	9,3	118	18	15,2	17
Construção	81	78	0,9	0,7	0,8	0,6	-1,0	-3,0	0,0	-4,0	0,0
Seguros e Pensões	20	22	0,2	0,2	0,2	0,2	3,4	-0,8	0,0	10,5	0,0
Financeiros	67	49	0,5	0,4	0,6	0,4	1,7	-5,3	0,0	-26,3	-0,2
Direitos de Utilização n.i.n.r.	13	36	0,1	0,1	0,1	0,3	14,2	78,9	0,1	178,7	0,2
Telecom., Informação e Informática	180	222	1,3	1,7	1,7	1,8	9,4	9,2	0,2	23,5	0,4
Outr. Fornec. por Empresas	623	661	5,2	5,9	5,8	5,8	7,1	-1,3	-0,1	9,3	0,5
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	33	40	0,4	0,3	0,3	0,3	-1,5	11,1	0,0	22,0	0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	22	20	0,3	0,2	0,2	0,2	-7,6	-2,9	0,0	-10,3	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	10 690	12 356	100,0	100,0	100,0	100,0	1,1	3,0	3,0	15,6	15,6
Bens	8 733	10 089	83,4	81,0	81,7	81,7	0,6	2,5	2,1	15,5	12,7
Serviços	1 956	2 267	16,6	18,3	18,3	18,3	3,1	5,3	1,0	15,9	2,9
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	4	2	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,2	4,0	0,0	-46,8	0,0
Serv. de manutenção e reparação	51	49	0,3	0,4	0,5	0,4	7,4	-3,8	0,0	-3,4	0,0
Transportes	440	532	4,7	4,2	4,1	4,3	-0,9	-1,0	0,0	20,9	0,9
Viagens e Turismo	533	606	4,4	5,4	5,0	4,9	5,3	7,7	0,4	13,8	0,7
Construção	19	10	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,9	-1,6	0,0	-46,5	-0,1
Seguros e Pensões	56	63	0,4	0,5	0,5	0,5	4,9	2,8	0,0	13,0	0,1
Financeiros	77	68	1,0	0,6	0,7	0,6	-7,2	-2,5	-0,1	-10,6	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r.	138	153	0,6	1,0	1,3	1,2	11,5	16,3	0,2	10,8	0,1
Telecom., Informação e Informática	147	185	1,2	1,5	1,4	1,5	5,7	8,6	0,1	25,7	0,4
Outr. Fornec. por Empresas	427	559	3,0	3,8	4,0	4,5	6,1	10,4	0,4	30,8	1,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	46	33	0,6	0,4	0,4	0,3	-9,6	2,4	0,0	-29,1	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	18	6	0,1	0,2	0,2	0,0	12,7	13,0	0,0	-66,6	-0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até fevereiro de 2017.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<i>Incentivos à contratação de jovens e desempregados</i> Conselho de Ministros de 6 de abril	Aprovou o estabelecimento de incentivos à contratação de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração e de muito longa duração, através de uma dispensa parcial ou isenção total do pagamento de contribuições para o regime geral de segurança social na parte relativa à entidade empregadora.
<i>Proteção social de desempregados</i> Conselho de Ministros de 6 de abril	Alterou o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, através da introdução de um travão na redução aplicada, desde 2012, sobre o valor do subsídio de desemprego após 180 dias.
<i>Acordo Económico e Comercial Global – Acordo de Parceria Estratégica com o Canadá</i> Conselho de Ministros de 13 de abril	Propõe à Assembleia da República a aprovação do Acordo Económico e Comercial Global (AEC), com o objetivo de aumentar os fluxos de comércio e de investimento, abrangendo serviços como telecomunicações, energia, serviços financeiros, serviços postais e transportes marítimos, e do Acordo de Parceria Estratégica (APE), que prevê o reforço da cooperação no combate ao terrorismo, no desenvolvimento económico e sustentável, na justiça, liberdade e segurança, bem como o diálogo noutras domínios de interesse mútuo.
<i>Atualização extraordinária de pensões</i> Conselho de Ministros de 13 de abril	Anunciada uma atualização extraordinária de pensões a ter lugar em agosto.
<i>Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária – PENSE 2020</i> Conselho de Ministros de 20 de abril	Aprovou o Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária - PENSE 2020 , previsto nas Grandes Opções do Plano para 2017, e elaborado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), com a colaboração científica do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
<i>Regulamento da Nacionalidade Portuguesa – Nacionalidade Portuguesa</i> Conselho de Ministros de 20 de abril	Aprovou o decreto-lei que altera o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa e que vem estabelecer e concretizar o modo de aplicação de vários aspetos previstos nas alterações à Lei da Nacionalidade aprovadas pelas Leis Orgânicas n.º 8/2015, de 22 de junho e n.º 9/2015, de 29 de julho.
<i>Certidões Judiciais Eletrónicas – Alargamento do número de CAE por pessoa coletiva - Notificações Eletrónicas</i> Conselho de Ministros de 20 de abril	Aprovou três diplomas que visam tornar a Administração Pública mais eficiente e facilitadora da vida dos cidadãos e das empresas: 1 - Decreto-lei que: i) altera o Código de Processo Civil permitindo a cidadãos e empresas solicitarem a emissão e a consulta de certidões judiciais por via eletrónica; ii) facilita o acesso e o pedido de emissão do Registo Criminal Online; iii) alarga o número de Classificações de Atividade Económica (CAE) que estão associadas a cada pessoa coletiva no Sistema de Informação da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas. 2 - Decreto-Lei que altera o Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos. 3 - Decreto-lei que cria a morada única digital e o respetivo serviço público de notificações eletrónicas e o Serviço Público de Notificações Eletrónicas.
<i>OIT – Segurança e Saúde no Trabalho</i> Conselho de Minis-	Decidiu apresentar à Assembleia da República uma proposta de resolução para a aprovação da Convenção n.º 187 sobre o Quadro Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 95.ª sessão, em Genebra, a 15 de

Iniciativa	Sumário
<p>atos de 20 de abril</p>	<p>junho de 2006.</p>
<p><i>Responsabilidade em Matéria de Créditos Marítimos</i></p> <p>Conselho de Ministros de 20 de abril</p>	<p>Aprovou a Convenção sobre a Limitação da Responsabilidade em Matéria de Créditos Marítimos e o Protocolo de 1996 de Emenda à Convenção sobre a Limitação da Responsabilidade em Matéria de Créditos Marítimos.</p>
<p><i>Rendimento Social de Inserção</i></p> <p>Conselho de Ministros de 20 de abril</p>	<p>Foi introduzido um conjunto de alterações ao regime jurídico do Rendimento Social de Inserção (RSI) que pretendem reforçar a capacidade integradora e inclusiva desta prestação, protegendo os grupos de maior fragilidade e vulnerabilidade, em situação de pobreza extrema.</p>
<p><i>Normas de execução do OE 2017 – Atribuição de Fundos Europeus às Empresas</i></p> <p>Conselho de Ministros de 27 de abril</p>	<p>Aprovou uma alteração ao Decreto-Lei que aprova as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017, permitindo a aquisição, através de ajuste direto e garante uma maior agilidade no processo de atribuição dos fundos europeus às empresas.</p>
<p><i>Transposição de Diretiva – Segurança dos brinquedos</i></p> <p>Conselho de Ministros de 27 de abril</p>	<p>Transposição das Diretivas n.ºs 2015/2115, 2015/2116 e 2015/2117, da Comissão, de 23 de novembro de 2015, sobre segurança dos brinquedos disponibilizados no mercado.</p>
<p><i>Transposição de Diretiva – Ascensores</i></p> <p>Conselho de Ministros de 27 de abril</p>	<p>Transposição da Diretiva n.º 2014/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 visando a harmonização da legislação respeitante à conceção, fabrico e colocação no mercado de ascensores e componentes de segurança para ascensores.</p>
<p><i>Transposição de Diretiva – Redes de Comunicações</i></p> <p>Conselho de Ministros de 27 de abril</p>	<p>Transposição da Diretiva n.º 2014/53/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, visando a redução do custo de implantação de redes de comunicações disponibilização de equipamentos rádio no mercado europeu.</p>
<p><i>Fundo de Estabilização Aduaneiro - Fundo de Estabilização Tributário</i></p> <p>Conselho de Ministros de 27 de abril</p>	<p>Foi aprovado o decreto-lei que procede à fusão do Fundo de Estabilização Aduaneiro no Fundo de Estabilização Tributário.</p>
<p><i>Programa Nacional de Reformas – Programa de Estabilidade</i></p> <p>Conselho de Ministros de 27 de abril</p>	<p>Aprovou, em definitivo, as versões finais e completas do Programa Nacional de Reformas para 2017-2020 e do Programa de Estabilidade, na sequência das audições entretanto promovidas.</p>
<p><i>Estabelecimentos comerciais</i></p> <p>Conselho de Ministros de 27 de abril</p>	<p>Aprovou o Decreto-Lei que simplifica, sistematiza e harmoniza algumas das obrigações de afixação de informação nos estabelecimentos comerciais.</p>

Iniciativa	Sumário
Licenciamento Empreendimentos Turísticos Conselho de Ministros de 27 de abril	Aprovou o Decreto-Lei que altera o Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos, confirmando a aprovação na generalidade feita em Conselho de Ministros anterior.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas Portaria n.º 128/2017 - Diário da República n.º 68/2017, Série I de 2017-04-05	Estabelece a estratégia de disseminação e implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.
Orçamento de Estado de 2017 - Execução do OE 2017 Declaração de Retificação n.º 11/2017 - Diário da República n.º 70/2017, Série I de 2017-04-07	Retifica o Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, das Finanças, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 45, de 3 de março de 2017.
Tarifa social do gás natural Despacho n.º 3229/2017 - Diário da República n.º 76/2017, Série II de 2017-04-18	Determina o desconto a aplicar sobre as tarifas de gás natural.
Desmaterialização de Processos - Modernização de Procedimentos Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2017 - Diário da República n.º 77/2017, Série I de 2017-04-19	Aprova medidas tendentes à redução do consumo de papel e demais consumíveis de impressão na Administração Pública.
Atração de Investimento Estrangeiro – Brexit Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2017 - Diário da República n.º 77/2017, Série I de 2017-04-19	Cria uma estrutura temporária designada por Estrutura de Missão Portugal In.
Domínio da Competitividade e Internacionalização Portaria n.º 142/2017 Diário da República n.º 78/2017, Série I de 2017-04-20	Quarta alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado em anexo à Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro.
Gás natural - Tarifas transitórias – Extinção das Tarifas Transitórias Portaria n.º 144/2017 - Diário da República n.º 80/2017, Série I de 2017-04-24	Alteração à Portaria n.º 59/2013, de 11 de fevereiro, que aprova o prolongamento do prazo para extinção das tarifas transitórias aplicáveis ao fornecimento de gás natural, estendendo o atual prazo de extinção até 31 de dezembro de 2020.
Programa Nacional de Reformas – Turismo – Produção Energética Eficiente Despacho n.º 3434/2017 - Diário da República n.º 80/2017, Série II de 2017-04-24	Cria uma rede de investigação em ecossistemas de montanha, denominada «Montanhas de Conhecimento. Rede Nacional de Investigação de Montanhas».
Instrumentos de Medição – Transposição de Diretivas Decreto-Lei n.º 45/2017 - Diário da República n.º 82/2017, Série I de 2017-04-27	Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado e colocação em serviço dos instrumentos de medição, transpondo a Diretiva n.º 2014/32/UE, e a Diretiva Delegada (UE) n.º 2015/13.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.